

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 25 de fevereiro de 2021

Ata N.º 35

No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025;

PONTO TRÊS – Adesão do Município de Palmela a sócio da Associação Ibérica de História Militar;

PONTO QUATRO – Estratégia Local de Habitação do Município de Palmela – Aprovação;

PONTO CINCO – Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Palmela (MAJFA);

PONTO SEIS – Revisão do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela (FIMOC).

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Carlos Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM)

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;

- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontra presente.
- **Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de trabalho, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU e o Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Boa noite a todos. Em primeiro lugar, quero cumprimentar os que estão aqui na sala, mais perto de mim, acho que é devida uma saudação muito particular, a quem está aqui na sala, são muito bem-vindos, é muito bom tê-los, e tal como seria muito bom, ter todos cá, a sala fica muito melhor com as vossas presenças do que apenas com os computadores.

Depois, quero saudar os Membros da Assembleia, os nossos colegas, companheiros, que por várias razões, uma delas é efetivamente esta da segurança e da saúde de todos nós, que optaram por ficar em casa, assumindo, ou criando, as condições necessárias para isso, alguns precisavam mesmo de ficar em casa, essa é outra das razões pelas quais combinámos esta modalidade de sessão, entre presenças em sala, participação online, e finalmente, temos também, as pessoas que através do youtube, ouvem, ou assistem à nossa sessão e que merecem, naturalmente também, a nossa saudação, porque hoje conseguimos manter esta outra condição, que é continuar a emitir para fora, para que normalmente, nos vejam e ouçam.

E finalmente, não é habitual nestes momentos, mas eu acho que vale a pena, todos compreendem porquê, saudar os técnicos da Câmara Municipal, todos e todas, especialmente os que se envolveram nesta odisseia, porque é a primeira vez que estamos a funcionar neste modelo, não é o modelo normal, há outras instituições que o têm feito, mas fazem só em versão online e nós realmente aqui combinámos três coisas diferentes, o que é uma experiência nova para todos e, portanto, os nossos companheiros, trabalhadores da Câmara Municipal nas suas diversas funções, fizeram o possível e o impossível para criar estas condições e já resultou.

Vamos fazer todos, um esforço acrescido, isso significa que provavelmente as nossas intervenções também vão ser um bocadinho condicionadas por isso.

Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, muito boa noite também, sei que habitualmente as reuniões da Câmara Municipal já decorrem por esta via, é evidente que é diferente, sermos meia dúzia ou

sermos trinta, não é exatamente igual, mas o Sr. Presidente também vai dar o seu melhor hoje, vamos ter que lhe pedir um esforço adicional de contenção, porque este método é muito eficaz, mas sabem aqueles que o usam todos os dias, que é muito cansativo é muito desgastante e, portanto, vamos todos fazer um esforço adicional. Eu prometo que depois destas explicações todas, vou também ser bastante contida.

Vamos fazer a chamada, vou pedir-vos, como não tenho condições de ver todos, por favor liguem o microfone no momento.”

Período de Intervenção dos Municípes

A Sra. Presidente da Mesa:

“Vamos então aos nossos assuntos do dia, nós tivemos hoje também a inscrição de três pessoas para participar na nossa sessão no período destinado ao público, como sabem, e os senhores municípes, esse período deve acontecer no início da sessão e, portanto, nós vamos dar-lhes a palavra nesta altura, antes de qualquer outro tema, vamos dar a palavra.

Não tenho a certeza se estão três ou se estão dois, acabei de saber que, se calhar só estão duas das três pessoas, e pergunto quem é que está presente, se é o Sr. Daniel Costa? É o primeiro inscrito, e eu vou convidar o Sr. Daniel Costa, a fazer a sua intervenção.

Desta vez, como todos compreenderão, a intervenção dos senhores municípes têm que acontecer aqui no púlpito, no sítio onde nós também fazemos as intervenções, porque caso contrário não era possível manter a sua interação neste conjunto de comunicações que aqui temos a funcionar.

Quando o Sr. Daniel Costa quiser e estiver em condições, eu dou-lhe a palavra.”

O Sr. Daniel Costa:

“Boa noite, desde já, quero agradecer o tempo que me foi dado para fazer a minha exposição.

De alguns anos até agora, se tem verificado diversas práticas e intervenções que têm prejudicado o ecossistema e o património natural, que é o Parque Venâncio Ribeiro da Costa. Desde o alcatroamento à requalificação do parque, que o ecossistema enfraqueceu, impactando a sua suscetibilidade, sendo a consequência mais direta constante de queda de árvores.

Entre várias práticas e intervenções e as suas consequências no ecossistema, temos, o alcatroamento das ruas principais, prejudicando a microbiologia do solo, bem como a rede fúngica, enfraquecendo a biodiversidade em seu redor, enfraquecimento por meio de podas agressivas e abate de árvores da orla regenerativa e protetora virada a norte e oeste, deixando a esplanada sujeita e desprotegida, às fortes nortadas. Esta orla protetora de ventos, fundamental em qualquer bosque, devia ser constituída por espécies específicas resistentes ao vento, mas tem sido desprezada.

Plantação desordenada de árvores de médio e grande porte, com sobreiros e cerejeiras não respeitando o seu desenvolvimento, tendo em consideração a altura e copa das mesmas, onde não se privilegia muito desenvolvimento, mas apenas de uma das espécies.

Remoção de matéria orgânica, como folhas de árvores, desprotegendo o solo e sujeitando à erosão do vento e do Sol. Esta prática, além de erosão, compacta o solo reduzindo a capacidade de absorção de água, bem como impede a criação do solo, cuja escassez é um problema geral em todo o parque e que poderia ser resolvido e não acentuado.

Roçagem de supostas ervas daninhas e infestantes, quando na verdade, são apenas espécies nativas e autóctones que contribuem para a sustentabilidade do ecossistema devido à sua adaptação nos solos e clima, por consequente mais resistentes a pragas e doenças.

As ditas espécies infestantes, essas continuam a proliferar todas as zonas verdes da Vila, sendo necessário não a sua roçagem, mas sim, a completa extração, pois os métodos usados apenas fortalecem as suas raízes e dificultam a sua eliminação como, por exemplo, "ailanthus altíssima".

Todas essas práticas põem em causa a sustentabilidade do parque, que se encontra num local elevado, expostos a ventos fortes, que são frequentes todos os anos, nas tempestades de outono, inverno e primavera, e cujas condições verificadas dificultam cada vez mais uma resistência ao parque.

Deste modo, e tendo, em consideração a exposição, qual é a estratégia a longo prazo da Câmara Municipal de Palmela, uma Câmara dominada ecológica e verde, para com o parque e a aplicação de práticas que privilegiam o ecossistema e a sua sustentabilidade, como, por exemplo, a reestruturação da orla protetora, do mesmo modo? Pretendo saber, após ter sido tornado público, valores canalizados para a recuperação do anfiteatro do mesmo parque, e quando será investido em viveiros para essa mesma reflorestação. Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada pela sua intervenção, se quiser voltar a sentar-se, nós, vamos ouvir as demais questões e depois o Sr. Presidente da Câmara, poderá intervir e dar, naturalmente, as suas respostas.

Pergunto agora se temos connosco, o Sr. Paulo Candeias? Não?

Então teremos o Sr. Carlos Quedas, será?

Não se importa então de vir aqui ao microfone, por favor?"

O Sr. Carlos Quedas:

"Boa noite a todos, o meu nome é Carlos Quedas, comprei um terreno na Augi da Bela Vista, lote 28 e a minha presença aqui foi no âmbito de saber quando é que se pode vir a construir, para fazer lá a minha habitação, uma vez que vou fazer parte daqui deste concelho. E quando é que iremos ter água, para poder dar início a um projeto e foi nesse âmbito, que vim aqui à sessão para ter essas informações se fosse possível, e foi isso que eu vim aqui fazer, se conseguir ter algumas informações, vai ser benéfico neste âmbito, boa noite, obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não está entretanto, o Sr. Paulo Candeias, pois não?

Foi a pessoa que se tinha inscrito, não estando vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se deseja neste período, responder aos Srs. Munícipes?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza Sra. Presidente, se me permite, começar por desejar boas noites a V. Ex.^a, aos restantes membros da Mesa, às Sras. e Srs. Membros da Assembleia que nos acompanham, seja em casa, seja presencialmente, e naturalmente aos Srs. munícipes que também hoje aqui marcaram presença e bem, e a quem nos acompanha à distância, trabalhadoras e trabalhadores do município que dão suporte a esta Assembleia.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Daniel Costa, vamos lá ver, o conceito do parque que eu conheço, pelo menos há cinquenta e nove anos, foi tendo várias intervenções, foi evoluindo, foram nascendo espécies arbóreas ora de natureza espontânea, umas autóctones, outras importadas e plantadas, não apenas pelo município, mas por cidadãos ao longo de muitos anos, e eu creio que, nos últimos doze anos, houve intervenções que qualificaram o parque, e sem prejuízo de eu, pessoalmente, também ter algumas dúvidas sobre algumas opções técnicas, creia que as intervenções que ali temos vindo a fazer de requalificação

como recentemente, a recuperação dos decos em madeira e do mini anfiteatro em madeira, que já estava bastante deteriorado, temos procurado sobretudo, ao nível da intervenção de os verdes, manter as espécies autóctones, ir erradicando, quando também, tal se impõe, as chamadas espécies infestantes ou plantas invasoras, que estão inclusivamente e fazem parte de publicações e têm este estatuto em Portugal e, portanto, não são desejáveis também estarem os nossos espaços verdes e florestas, e também nas plantações temos procurado colocar sobreiros, seja cerejeiras, seja o carvalho cerquinho que é uma das espécies que mais nos caracteriza aqui também na Arrábida entre outras.

É de facto um solo difícil de criar ali alguma sustentação de terras e de matéria orgânica, penso que os nossos serviços e, eu já tive o pelouro há muitos anos, hoje não tenho o pelouro, mas, procuro documentar-me sobre aquilo que está a ser feito e, naturalmente aquilo que tenho observado é que é necessário ir limpando folhas, etc., sobretudo nos caminhos, que são muitos, sinuosos, e que também estão a precisar de um outro tipo de intervenção, que eu não defendo que seja alcatroamento, seja sobretudo pó de pedra, eventualmente com Terratec, que é um produto semi-impermeabilizante que sustém ali a terra um pouco e também estamos a pensar nisso, porque ao longo dos anos, as sucessivas chuvadas como observa, tem lá, alguns buracos e aquilo que não se trata nem com tout-venant, ou com outro material qualquer e, portanto, ali também não se justifica qualquer tipo de impermeabilização ou de pavimentação, ou de pavês, mosaicos, nada, aquilo que deve ficar tal e qual e com materiais permeáveis e naturais.

A ideia de reflorestação, aquilo que no nosso Gabinete do Ambiente, que não tem a gestão do parque, que é a Divisão de Serviços Urbanos, preconiza até no âmbito do nosso plano de ação de combate às alterações climáticas é precisamente um investimento, cada vez mais intenso nas chamadas plantas autóctones da Arrábida e por isso, estamos sintonizados quanto às preocupações, e quanto à forma de fazer, e de reavivar ali uma mancha verde que nem sempre é fácil também vingar, houve dezenas de árvores que foram plantadas logo em dois mil e onze na primeira intervenção e que por razões diversas, não foi tanto vandalismo, são sobretudo as condições naturais, a escorrência das águas, os ventos, como o senhor diz, que ali se fazem sentir, não permitiram que algumas dessas espécies vingassem, ficaram lá os tutores, as árvores não vingaram e, portanto, a miúdo, temos também várias espécimes que os ventos, como aconteceu no pretérito fim de semana e na semana passada, mandaram alguns exemplares abaixo e, quando isso acontece, felizmente sem provocar danos em alguém que lá estivesse ou que passasse, etc., e que também não queremos que à posteriori, venham a provocar, provoca sempre alguns extratos, mas esses espécimes têm que ser rapidamente abatidos, recolhidos, etc., etc.

Eu tive conhecimento de uma manifestação, perfeitamente legítima, de opiniões e o confronto e o contraditório, é importante para fazer avançar o conhecimento e o esclarecimento sobre as coisas em que se referia podas agressivas, cortes de ramo sem razão aparente, mas eu quero tranquiliza-lo e dar-lhe prova de que aquilo que foi efetivamente cortado, era um ramo que se encontrava esgalhado, as tais acácias que são as tais plantas com este estatuto de plantas invasoras em Portugal e também algumas situações de fito parasitismo de rebentos que estão parasitas noutras plantas, e os nossos Arquitetos Paisagistas e os nossos Engenheiros da área do Ambiente, dão essas instruções aos nossos trabalhadores e eles procuram fazer de acordo com essas instruções, e aquilo que ali aconteceu, nos últimos dias, ou nos últimos tempos, teve que ver, sobretudo, com a necessidade de limpeza e de corte de material que esgalhou e de árvores que caíram.

Estamos inteiramente de acordo que vale a pena investir em viveiros, procurámos desenvolver um viveiro, como cidadão de Palmela, certamente conhece um espaço ali ao lado da Sede dos Escuteiros, procurámos começar ali a criar um viveiro próprio, mas mesmo dentro do parque à intenção, com a participação até de cidadãos que queiram fazê-lo, de utilizar aquela zona que foi preparada para os hortelãos, tem aquelas caixas, chegou a estar lá plantas aromáticas e outras coisas, de voltarmos a convidar inclusivamente os nossos concidadãos de Palmela e não só, quem quiser e geralmente utilizamos as efemérides do Dia da Floresta Autóctone, onde plantamos centenas de espécies, ou no Dia do Ambiente, ou no Dia da Árvore, há aí muitas efemérides onde nos podemos juntar assim, que isto desconfinar, para poder fazer jus a esta ideia, que eu creio que todos comungamos da mesma, que é apostar nas espécies autóctones e, naquelas que são mais resilientes, para aquele tipo de solo e para aquela zona ventosa.

Portanto, as intervenções que certamente observou e que tê-lo-ão chocado, como gostaria qualquer pessoa, decorreram um bocadinho da intempérie que houve e garanto-lhe que os nossos trabalhadores fazem o melhor possível, mas fazem-no também, com orientações técnicas, pessoas ligadas à área do Ambiente e ao

Paisagismo e que tem também por sua vez, orientação política de manter esta questão do que é em débito, do que é próprio, da nossa prestação e que possa ali sobreviver nas melhores condições.

Agradeço a sua chamada de atenção e o seu contributo e estamos cá para construtivamente melhorar a intervenção daquele espaço.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Carlos Quedas, que agradecemos, com efeito a Augi da Bela Vista que já tem uns anos, não vou aqui fazer a história, o Senhor deve conhecer já parte dela, aquilo esteve muitos anos parado, tem tido também problemas com vandalismo nas infraestruturas, ficaram infraestruturas por acabar, mas, entretanto, nos últimos tempos, houve uma nova dinâmica, foi feito o pagamento das taxas respetivas ao município, há correções a fazer e há ainda aspetos que a Comissão de Administração, que reuniu recentemente com a Câmara, que eu tive nota disso, se comprometeu a fazer e o município, por sua vez, ficou com a responsabilidade, dado que a Augi do Pinheiro Ramudo está muito mais atrasada e inicialmente, pensou-se não abastecimento de água através de um prolongamento que viria de muito longe e, que passaria pelo Pinheiro Ramudo, de fazermos um protocolo com o município da Moita, com quem, já falámos, já há dois/três anos, ou mais, e que houve acordo e que estamos neste momento a afinar tecnicamente o projeto para as válvulas de entrada, aquilo depois obedece ali a um sistema de abastecimento em alta, de uma alta da Moita para a baixa de Palmela, os contadores, etc., estamos a tratar disso tudo, para que depois de facto possam começar a apresentar as comunicações prévias e começar a construir, mas há ainda lá questões de infraestruturas que não dependem da Câmara, dependem ainda de correções a fazer por outros empreiteiros ao serviço da Comissão de Administração.

Penso que, ainda há lá, de um problema com a bacia de retenção por causa das águas pluviais, e outras coisas que eu já não sei se estou tão atualizado quanto isso, que era a sucessiva vandalização de cabos e de roubos de cabos elétricos e telefónicos, mas acho, que isso agora, estão já a procurar repor as infraestruturas, porque o município não se importa de deixar as pessoas começarem a construir, agora o senhor depois de ter a construção feita, exige-nos a licença de utilização, quer ter o quê? Quer ter eletricidade, os telefones, a água, tem direito a pedir isso tudo e depois, as coisas não estão prontas, por isso é que o município procura junto da Comissão de Administração, que eles entreguem as infraestruturas, chama-se a receção provisória das infraestruturas para a Câmara, para nós dizermos que está tudo bem, pode entrar em exploração. Neste momento, a nossa grande responsabilidade é esta, é a questão da água, porque essa sim, tem de ser fornecida por nós, e para não irmos tão longe, tal como nós vendemos à Moita noutros sítios, a Moita vem vender água a Palmela, porque o investimento não se justifica e, portanto, vamos resolver o problema da Augi, em matéria de água dessa forma, e é a informação que lhe posso dar agora.

Temos aqui a nossa Vereadora que está atenta também à situação e eu tenho isto mais ou menos presente, porque falámos nisto há pouco tempo, é o que lhe posso dizer neste momento.

Muito obrigado.”

Não havendo intervenções, a Sra. Presidente da Mesa passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também Sr. Presidente, obrigada aos Srs. Municípes que se deslocaram até cá hoje, também.

Não havendo outras inscrições para participação na nossa Sessão, nós vamos entrar no período normal, que é o chamado período antes da ordem do dia.

Tenho aqui uma indicação que pergunto se é um pedido de intervenção, por parte do Sr. Membro da Assembleia Pedro Bui?”

O Sr. Pedro Bui do PS:

"Antecipei-me, mas é, de facto."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Deixe-me só cumprir duas ou três coisinhas, para não deixar passar e depois, retomamos normalmente.

Primeiro, esqueço-me sempre de solicitar a aprovação dos pontos em minuta e portanto, julgo que não há nenhuma objeção, da parte de ninguém, portanto, serão aprovados para poderem produzir efeitos de imediato.

Depois, queria dizer-vos que nós temos neste período antes da ordem do dia, identificadas duas moções e uma saudação, uma moção da CDU sobre o "Dia Internacional da Mulher", uma moção do Bloco de Esquerda sobre "Gestão dos Resíduos Urbanos" e uma Saudação do PSD/CDS "Aos profissionais de saúde e outras instituições", estes são os três temas que temos para tratar neste período de antes da ordem do dia, no que concerne a moções, saudações, etc.

Vou perguntar ao Pedro Biu, neste caso que pediu a palavra se quer intervir já, ou se podemos a apresentar aqui, rapidamente as nossas moções e saudações?"

Período de Antes da Ordem do Dia

O Sr. Pedro Biu do PS:

"É como a Sra. Presidente, entender, se quiser que eu intervenha já, são três pontos breves, poderei apresentar já rapidamente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Então, hoje invertemos, na última sessão lembro-me que gastámos muito tempo com as moções, saudações e a respetiva discussão e depois pode ficar menos tempo para os outros assuntos, hoje invertemos, vamos começar, faz tudo parte do período de antes da ordem do dia como sabem e vamos começar pelas questões que os Srs. Membros da Assembleia entendam colocar e depois reservamos um bocadinho para estes três pontos que aqui estão anunciados.

Neste caso dou a palavra ao Partido Socialista, ao Sr. Membro da Assembleia Pedro Biu."

O Sr. Pedro Biu do PS:

"Muito obrigado, boa noite a todos, permita-me cumprimentar toda a Assembleia, através da sua Presidente, Dra. Ana Teresa Vicente.

Não deixa de ser estranha esta forma de fazer a Assembleia, mas, pelo menos conseguimos fazê-la nas condições de segurança, esperemos que a tecnologia nos suporte durante os minutos e as horas que vamos estar aqui.

Bem, eu trago aqui três pontos, que tem que ver com a Vila de Palmela e com algumas situações que temos detetado, uma delas, não obstante no documento da Atividade Municipal que vai ser debatido mais tarde, a ter a indicação do término da obra do Largo do Chafariz D. Maria I, havia aqui um ou dois pontos que gostava de abordar e ter alguma informação, nomeadamente, enfim, à partida estará acabada, e continua vedada e está no documento que terminou a trinta e um de janeiro, penso que já deveria ter sido recolhido os taipais, enfim, aqueles arames que lá estão, isto é uma das questões.

No segundo caso, é se aqueles relevos ovalados que tanta celeuma muitas vezes dão, vão-se manter completamente brancos como estão ou se vão de facto de ter as cores das armas do concelho, e eventualmente o verde naquela folha de louro ou de oliveira, que é uma questão que o Partido Socialista

tem levantado por diversas vezes, por isso, se os relevos ovalados vão ter ou não as cores do concelho. Isto era uma questão.

Segunda questão, e seguindo do Chafariz pela Hermenegildo Capelo, quem sobe logo ali ao lado da Estalagem da "Varanda Azul", não querendo fazer publicidade, está um muro que apresenta sinais de degradação muito grandes e que se pode tornar perigoso, como sabem uma das artérias mais, com maior circulação na Vila de Palmela, para a Igreja, para onde for, e que tem de facto, neste momento, este muro tem algum desgaste, inclusive buracos e vê-se água a escorrer. Não sei se a propriedade é da câmara ou se a câmara pode ter alguma intervenção sobre a propriedade do muro, nomeadamente numa situação de poder ter alguma intervenção que conforte a situação e que ninguém corra riscos para a saúde, por haver ali uma derrocada, qualquer coisa de semelhante.

O terceiro caso tem que ver com aqueles painéis, eu não sei exatamente os termos técnicos, aqueles painéis que estão nalguns miradouros ou com vista, Palmela tem uma vista privilegiada que todos conhecemos, nomeadamente no Largo do Terreiro e na Alameda, chamamos miradouro, mas é a Alameda D. Nuno Álvares Pereira, estão aqueles painéis que mostram que têm a legenda da zona que estamos a ver. Obviamente que todas estas coisas se degradam, os que estão neste momento lá, estão, quer dizer, veem-se muito mal, já não se consegue perceber algumas zonas o que é que aquilo significa, eu penso que devia haver uma intervenção da Câmara a pensar num outro material, que possa ser mais duradouro, eu vi um por detrás do Castelo na esplanada está grafitado, é uma coisa, como é que eu hei-de dizer, mas isso tem que ver com uma incivilidade de algumas pessoas e isso já não se consegue controlar, mas, pelo menos terá algum papel que seja mais duradouro, não sei se ferro forjado, não sei se latão, não sei se azulejo usando Oficina do Fortuna, qualquer coisa, só que aquilo de facto é uma fibra, penso eu que com o sol e com a chuva e com o desgaste não está sequer nalgumas zonas perceptível e termino minha intervenção, obrigado."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também, ao Pedro Biu.

Entretanto, noto que entraram na reunião, não estavam no início ou pelo menos, eu não consegui registar o Mário Baltazar e a Cristina Moura, se chegar mais alguém, isto é se mais alguém entrar na reunião, peço que diga qualquer coisa para podermos, sinalizar a respetiva presença.

Depois da intervenção do Partido Socialista se estiver tudo, mas para trocar, Dulce Marques é a pessoa que segue, mas é Partido Socialista e temos um pedido do PSD/CDS, dou a palavra, à Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto.

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP iniciou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas.

A Sra. Presidente de Mesa:

"Desculpem, quem está a pedir a palavra?"

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sra. Presidente, também me quero inscrever para o período antes da ordem do dia, se faz favor, quando for oportuno. Obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Sim senhora, muito bem.

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora muito boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta sala, bem como os presentes ali no painel traseiro, através dos meios informáticos, eventualmente e também pessoas que estejam a assistir à nossa sessão, e trabalhadores e funcionários da Câmara que estão sobretudo os que estão a apoiar esta sessão.

Efetivamente, consideramos que, em devido tempo, após contacto da parte da Mesa por interposta pessoa, para a realização desta Assembleia de modo virtual, considerámos importante também a presença, e por isso, requeremos também junto da Mesa que pudessem estar presente alguns elementos, até porque aqui no Cine Teatro São João, há perfeitas condições de distanciamento e consideramos que a democracia não está parada e a Mesa também isso considerou.

Para além disso, só queria fazer aqui, antes da outra intervenção que vou fazer, que a Mesa depois desse uma sucinta explicação e ligeira, de como é que vai proceder à votação, mas, já que há muitos que estão em casa, uns porque não podem vir, outros por opção.

Cumprimentando também os jornalistas que eventualmente alguns também estarão a assistir à nossa sessão.

Antes de mais, quero aqui dizer que recebemos hoje algumas respostas a pedidos que tínhamos efetuado no mês de dezembro, os quais agradeço, mas que não tive tempo de analisar, porque foram recebidas durante a tarde e estive a trabalhar durante a tarde, só agora vi o email. Quanto a essas respostas em próxima sessão, ou através de mail e, após análise levantaremos ou questões, ou consideramos respondidas.

Quero dar aqui uma saudação à funcionária que atualmente está a apoiar também a Assembleia Municipal e à Sra. Ana Paula, que regressou após período de doença.

Queremos agradecer ao Sr. Presidente a sua pronta iniciativa de ter mandado instalar o aparelho de ar condicionado que aqui requeremos nesta Assembleia, a resposta foi pronta e quanto o trabalho é bem feito, também devemos elogiar.

Relativamente a várias questões que aqui já levantámos, mormente na questão do tratamento das árvores debaixo das mesmas, congratulamos, que o Sr. Presidente esteja atento ao assunto que aqui também trouxemos e consideramos que há muito a fazer nesse sentido em várias urbanizações. Efetivamente, há árvores que até apresentam perigo para os moradores, poderei depois sucintamente esclarecer o Sr. Presidente, mas estou convencida que, como é um homem que anda também no terreno, saberá desses problemas, palmeiras, árvores, sobreiros que aqui também já trouxemos, por exemplo, no caso do sobral da Quinta do Anjo, foram lá uma vez plantados uns sobreiros que não chegaram a crescer, talvez por questões climáticas, já trouxemos aqui esse assunto.

Agradecer também, ao fim e ao cabo é o nosso trabalho, não é para agradecimento, mas queremos aqui referir que também no circuito de manutenção foram colocadas novas placas identificativas, e que isso aqui, também tínhamos trazido a dada altura.

Quanto às questões que solicitámos no mês de dezembro, a devida resposta e que algumas delas recebemos hoje a resposta, consideramos que nesse aspeto, e acreditamos que vai ser um feito um melhor e pronto trabalho, pois afinal, a Assembleia Municipal tem como uma das principais funções, além de questionar e representar também os municípios, fazer a fiscalização do trabalho do executivo. Muito embora saibamos que nesta Assembleia há uma maioria, isso não nos inibe de aqui defender muitas vezes posições contrárias, é essa a nossa liberdade e foi para isso que fomos eleitos, apresentando problemas e vigiando cumprimento do programa que a CDU apresentou aquando das eleições, mormente nas execuções orçamentais.

Lembrar aqui e saudar que há notícias e alguns adiantamentos às propostas, que as soubemos primeiro pelos jornais, o que não posso deixar aqui de lamentar, mas como vieram hoje essas respostas, vamos aguardar a sua análise.

Quero aqui sugerir ao executivo que é agora durante o período de confinamento que os bancos dos jardins onde as pessoas não se podem sentar, deverão ser prontamente cuidados, pintados, lixados, tudo o que haja a fazer e a Câmara tem funcionários, penso eu e as juntas para o fazerem esses trabalhos.

Na questão aqui do fontanário junto ao Restaurante "Retiro Azul", gostávamos de saber se a obra se encontra pronta ou o que está a acontecer ali.

Junto ao Clube Portais da Arrábida, está a ser feito um furo de captação de água, aquele terreno, uma análise que fiz há muitos anos quando fiz parte da Direção do Clube, não será do domínio do Clube, gostávamos que o Sr. Presidente nos desse, alguma informação sobre isso, e caso tenha havido uma cedência ou que tenha sido autorizada a intervenção, que acreditamos que tenha sido, se está previsto algum contrato, ou seja, definir a parte jurídica do furo.

A antiga Socar, continuamos a aguardar informação do que é que se passa com aquelas instalações que estão vandalizadas e cujas portas continuam abertas e vidros partidos.

Na questão da limpeza denotámos alguma melhoria nalgumas freguesias, mas ainda há muito a fazer, penso e aceitamos a sugestão, já aqui feita na última Assembleia, que é tempo de começarmos a lutar pela construção de um novo Centro de Saúde para a Quinta do Anjo, e porque não, um pavilhão? Bem sei que o Sr. Presidente tem efetuado algumas reuniões e algumas démarches no sentido da construção de uma pista de atletismo.

Outras reclamações que nos fizeram chegar, também já aqui faladas, eu peço desculpa, estou-me a alongar um bocadinho, mas já é rápido, eu tenho aqui alguns pedidos que nos chegaram diretamente de munícipes e, portanto, que também já aqui trouxemos mas que pelos vistos, continuam sem ser resolvidos.

A questão da limpeza de ruas, também nos chegou através de moradores do "Golfe do Montado", bem como queixas das lagartas do pinheiro, na mesma urbanização.

Na Avenida Padre Nabeto, foi criado um estaleiro para a obra que está a ser feito na Rua Salgueiro Maia, há moradores que se queixam que os veículos da Câmara ficam durante a noite a ocupar o estacionamento dos moradores e há moradores também do Pinhal Novo, mas isso bem sei..."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Parece haver dificuldades nas comunicações..."

Então agora vou pedir à Dra. Rosa para abreviar, nós hoje temos que ser um bocadinho mais rápidos que o habitual."

Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu já estou mesmo a acabar, agora não sei é quando é que deixaram de ouvir."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Foi quando eu sinalizei."

Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Muito bem, queria também saber, se há mais alguma novidade referente aos depósitos de água junto ao Cemitério de Quinta do Anjo.

Os moradores de Pinhal Novo, mas isso é uma questão que não é da competência da Câmara, mas talvez o Sr. Presidente se falasse., queixam-se que não conseguem."

A Sra. Presidente de Mesa:

“Está sem som, veja lá, se a Dra. Rosa está a tocar nalgum sítio aí no computador.”

Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Não, tenho aqui o papel só em cima, não está no computador.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Mantenha-se aí atrás... Vê, assim que desaparece.”

Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Há aqui alguns problemas na informática, mas isto já se sabe, que presencialmente é uma coisa, informaticamente por vezes há falhas, eu também utilizo o sistema, é mesmo assim, até os alunos das escolas também se queixam.

No Pinhal Novo, há muitos moradores a queixarem-se de não conseguirem contactar o Centro de Saúde novo há vários dias.

Só mais duas coisinhas, a Rua 1º de Maio, de Cajados, alcatroada já há alguns anos, até um pouco depois da coletividade, em dois mil e vinte, foi alcatroada a parte que vai das estufas até à ponte da autoestrada, foram deixados seiscentos metros por alcatroar, queremos saber se está previsto, e para quando.

E por fim, Lagameças, pede-se a limpeza da Vala Real, porque temos inúmeras queixas de proprietários de terrenos, completamente alagados. Eu sei que esse problema já foi trazido aqui à Assembleia Municipal, salvo erro até às reuniões do executivo que foram nas reuniões descentralizadas, e é só. Obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Já percebemos que aquele computador ali é um bocadinho sensível, esta alternativa é boa, afastar um bocadinho, não fica tão concentrado, mas, a partir do momento em que se percebe quem é a pessoa que está a intervir, é preferível ouvir, do que ver. Agora no fim, estavam a ouvir bem, não estavam?

Agora, mantendo alternância, vou dar a palavra à Sra. Membro da Assembleia, Dulce Marques, e a seguir será o Sr. Membro Colin Marques.”

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

“Boa noite, na pessoa da Sra. Presidente saúdo todos os presentes nos vários espaços, onde estamos a funcionar, nesta Assembleia, bem como todas as pessoas que nos acompanham no modo digital, desejando que se encontrem bem e em segurança, sobretudo.

Neste período antes da ordem do dia, e enquanto eleita por esta Assembleia, para representar os cidadãos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, desejo partilhar uma preocupação, e agora mais do que nunca, a precariedade grave de meios humanos e logísticos da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

Peço-vos que me acompanhem, vou tentar ser sintética, irei apresentar alguns pontos, mas, quiçá no final juntar-se-ão a mim nesta demanda de respostas e de soluções que são necessárias.

Segundo os dados apresentados pela Sra. Presidente da CPCJ, Silvia Contreiras, na primeira reunião alargada da CPCJ de Palmela, realizada no passado dia dezoito de fevereiro, existem um total de trezentos e oitenta e nove casos ativos de processos em termo processuais na CPCJ de Palmela.

Do último ano, há um total de entradas de quinhentos e sessenta e dois processos, saíram cento e setenta e três, portanto estão trezentos e oitenta e nove casos ativos, efetivamente, foram “n” as sinalizações feitas por várias entidades e incluindo as equipas do próprio município, portanto, importante aqui pensar ou referir que, segundo a definição e implementação dos tempos de afetação dos comissários da modalidade restrita, a CPCJ de Palmela, deveria ter cinco membros com trinta e cinco horas e o apoio técnico também com trinta e cinco horas, e assim sim, seria possível responder com qualidade e com o cuidado necessário, a estes trezentos e oitenta e nove processos de crianças e jovens, em situação de perigo.

O que é que tem acontecido, pelo menos no último ano, é que estes tempos não são cumpridos. Não me quero alongar demasiado, mas em janeiro do ano passado, a Sra. Presidente da altura, a Dra. Paula, já referia que era impossível funcionar, tinha saído um técnico naquela altura que estava a ser financiado pela Comissão Nacional, e a Sra. Presidente já dizia que não era possível manter a qualidade de resposta e estar atento a todas as situações que apareciam.

Houve diferentes démarches que foram realizadas, nomeadamente, houve uma reunião com a Comissão Nacional, em que a Comissão Nacional decidiu solicitar uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela e essa reunião realmente teve lugar, ainda em janeiro de dois mil e vinte, mas efetivamente pouco ou nada foi feito para resolver a situação.

O que acontece é que o tempo foi passando e, não só por causa do primeiro confinamento, teletrabalho, apoio à família, situações de doença, não vou aqui numerar as várias razões, mas por diferentes motivos, estas equipas e estes tempos de afetação de recursos não estão a ser cumpridos. Ora bem, o que acontece também é que, de acordo com a legislação e com resultado de um protocolo entre a Comissão Nacional da Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, com Associação Nacional de Municípios Portugueses, o que acontece é que, deveria haver uma comparticipação em que cada município deveria apoiar o funcionamento da CPCJ. Efetivamente o Município de Palmela receberá mais de trinta mil euros para apoiar o funcionamento da CPCJ de Palmela, como é que este dinheiro é utilizado, o que é que é feito efetivamente, há aqui muitas dúvidas, porque sabemos que desde problemas com a impressora, problemas com apoios administrativos, seguramente, terão algumas explicações, eu já conheço algumas, no entanto, o que eu sei é que, no dia de hoje, não há uma solução efetiva, para o problema que permita responder com qualidade às necessidades. Efetivamente, perante uma situação de fragilidade e de proteção das nossas crianças e jovens por um lado, e por outro lado, a impotência de uma CPCJ com estes poucos recursos, eu temo que as condições atuais não consigam garantir um trabalho eficaz, sem falhas e do cuidado necessário num contexto pandémico de grande vulnerabilidade e que sabemos que diariamente aparecem cada vez mais situações.

Considero-me co-responsável na busca desta solução, e parece-me bastante pertinente convocar com maior brevidade a Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, solicitando à Sra. Presidente da nossa Assembleia Municipal, a presença de representantes da CPCJ e de todos quanto possam contribuir para que os atuais constrangimentos sejam ultrapassados rapidamente, porque o tempo passa e as nossas crianças e jovens, precisam efetivamente de ter maior cuidado, o maior respeito, e também os técnicos que estão a dar o máximo de si, e cansados, também merecem o nosso esforço.

Disse, obrigada pela atenção.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Agora vou dar a palavra a Colin Marques do PSD/CDS, e depois, tenho a Teresa Marta em casa e não vejo mais nenhum pedido de intervenção. Peço desculpa, antes da Teresa Marta, falará o Mário Baltazar para manter o princípio da alternância de bancadas.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

"Na pessoa da Sr. Presidente permita-me que cumprimente todos os presentes, e os que estão presentes através da Internet, aos munícipes aqui presentes, e aqueles que nos assistem através de Youtube.

Tinha aqui um conjunto de questões que queria colocar ao executivo, nomeadamente eu recomendaria à Câmara Municipal que fizesse um levantamento por freguesia, da enorme quantidade de carros abandonados que se situam nas vias públicas, estão completamente depositados, até um assunto de um carro abandonado que eu já trouxe aqui a esta Assembleia, numa outra ocasião, esse mesmo carro continua lá, a diferença é que, está mais vandalizado ainda. Isto é na Quinta do Anjo, mas este levantamento deveria de ser feito por todas as freguesias e para que se procedesse o mais rápido possível à remoção, tendo em conta a degradação do impacto visual que isto provoca ao concelho.

Outra questão que eu também trago aqui, tem a ver com as "Grutas de Casal de Pardo", na Quinta do Anjo em que existe uma lona explicativa do monumento, e que tendo em conta as intempéries que têm ocorrido, ela acabou por cair, ou caiu parcialmente e, portanto, solicitava que ela fosse reposta, porque também dá um mau sinal a quem visita aquele local.

Outra questão, que eu agora trago aqui, tem a ver com a Quinta do Anjo e tem a ver com o novo Lar de Idosos, que será feito a atribuição de um terreno que foi feita à Fundação COI, e eu trago isto porquê? Na última Assembleia de Freguesia da Quinta do Anjo, um Sr. Membro da Direção do Centro Social de Quinta do Anjo, um senhor que se identificou como Gaspar Santos, eu por acaso adoraria trazer a intervenção que ele fez, para conseguir lê-la aqui, mas não é possível, por incrível que pareça ainda não há ata de uma Assembleia de Freguesia, que já devia ter sido entregue no dia vinte do mês de janeiro, mas ainda não é possível.

De qualquer forma, o senhor levantou aqui um conjunto de questões, que eu acho pertinente e nomeadamente o que é que ele diz, ele diz que a Direção do Centro Social da Quinta do Anjo, durante vários anos, tinha solicitado à Câmara Municipal de Palmela, um terreno para que pudessem, eles próprios, fazer uma instituição na aldeia, fazer um lar de idosos, e que a Câmara, sempre respondeu que não tinha nenhuma possibilidade de lhes facultar, portanto, um terreno do mesmo modo que facultou à Fundação COI, uma fundação que, como sabemos, é uma Fundação que não sendo claro um organismo público, é uma Fundação que, por exemplo, tem várias ligações ao Partido Socialista, há uma Vereadora que é Vogal da Administração, o próprio Líder da Bancada Municipal, também é Presidente do Conselho dos Curadores, isto foi aprovado na última Assembleia Extraordinária que nós realizamos antes de o orçamento ser votado, portanto, fica aqui essa minha pergunta se realmente foi solicitado pelo Centro Social da Quinta do Anjo, um terreno e sempre lhe foi negado e porque é que, agora, apareceu um terreno para a Fundação COI, do Pinhal Novo.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também.

Agora dou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia, Mário Baltazar."

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

"Muito boa noite a todos, espero que me estejam a ouvir, boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a todos os Membros que estão no Cine Teatro São João, e aqueles que estão em casa.

Poria aqui também, algumas questões, algumas delas já de dois mil e vinte, em que, inclusivamente, o Membro da Assembleia Pedro Bui, falou na questão da Rua Hermenegildo Capelo, a questão daquela parede que várias vezes eu já tinha mencionado em dois mil e vinte.

Na última Assembleia Municipal, falei também daqueles caixotes do lixo que se encontram junto a essa parede, em que, quando se cruzam dois carros, o que vem de cima, tem que parar, porque é impossível conseguir-se passar ali, não percebo aquela situação.

Traria também aqui uma outra situação que é a questão da Avenida Alberto Valente, a questão daquela faixa sentido rotunda da autoestrada para a Volta da Pedra, em que, na última reunião o Sr. Presidente iria ter uma reunião com alguém e que até à data, continuamos da mesma maneira, sem qualquer resolução daquele problema, em que os moradores, alguns deles, a sujeitarem-se às multas, em que chegam ali e viram de qualquer forma, pisando o traço contínuo, e outros que têm que continuar a ir à rotunda sul ou à rotunda norte para irem para as suas residências.

Uma outra questão que eu traria também aqui é EN5, entre Poceirão e Águas de Moura, temos ali aquele piso ali um pouco antes, talvez um quilómetro antes de voltar para o Bairro Margaça, aquele piso encontra-se em muito péssimo estado, ainda hoje lá passei e realmente aquilo é pior do que andar no alto mar, não sei se a Câmara Municipal, ou a Junta de Freguesia, já tem qualquer coisa relacionado com isso, e mencionado para a resolução daquele problema, neste momento é só.

Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Agora sim, dou a palavra à Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta.”

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

“Boa noite, deixe-me cumprimentar em seu nome, todos os presentes, quer aí na sala do Cine Teatro São João, quer em casa, quer os munícipes que nos possam estar a ouvir e obrigada a todos por ter sido possível fazermos esta Assembleia, pela primeira vez nesta modalidade e, com certeza que será um sucesso com alguns condicionantes, mas é natural.

Apenas para reforçar aqui o que a Membro de Assembleia, a minha colega do Partido Socialista, referiu há pouco, sobre a CPCJ, como sabem, eu também pertença enquanto representante da Assembleia Municipal, integro a Comissão Alargada da CPCJ de Palmela, e apenas para reforçar o seguinte, ela referiu, de facto, os trezentos e oitenta e nove processos, reforçar que, destes trezentos e oitenta e nove processos que a CPCJ neste momento tem em mãos, apenas quinze por cento estão a conseguir ser tratados, portanto, cerca de cinquenta e cinco processos. Perguntar no concreto para quando, afinal, é que as técnicas da autarquia tem disponibilidade para alocarem o tempo previsto por lei à CPCJ, foi dito na Reunião da Comissão Alargada no dia dezoito deste mês, quinta-feira passada, pelas próprias técnicas da Câmara Municipal, que a Câmara tem até dois mil e vinte e dois, para regularizar a situação. O que acontece é que no atual cenário e a pandemia, como sabemos, vem agravar violência doméstica, há casos reportados de abuso sexual, há crianças que não estão a ir às aulas, não estão a frequentar a escola, o absentismo é enorme, o abandono escolar é enorme, acontecendo alguma coisa mais grave aqui no nosso concelho, em relação às crianças e jovens quem é que assumirá a responsabilidade? Terá CPCJ de aguardar até dois mil e vinte e dois para resolver este tema? Concordo plenamente com a reunião proposta pelo elemento da bancada municipal do PS, mas gostaria muito de reforçar este ponto, porque é, de facto, preocupante.

Obrigada Sra. Presidente e agora vou passar então aos outros temas, serei muito breve, muito sucinta nos mesmos.

Perguntar ao Sr. Presidente se, neste momento, nos pode dar algum número sobre as crianças estudantes, jovens, no concelho de Palmela, que ainda não têm computador, se a Câmara tem essa informação e quando é que nós, no fundo, podemos ter toda essa situação regularizada sabendo, nós que nem todos os estabelecimentos escolares são aqui da responsabilidade da Câmara, mas era importante sabermos quantas crianças estão assinaladas, ou se estão, como info-excluídas.

Perguntar também, a iniciativa de ter um número de apoio de atendimento gratuito de apoio social no site da Câmara logo na página, é de facto importante, consideramos que é uma medida importante.

Perguntamos Sr. Presidente, se nos pode dar a indicação sobre o número de chamadas que esta linha atende por dia e quantas chamadas ficam por atender, e qual é o tempo de resposta, porque tivemos a indicação de que há pessoas com necessidades sociais, nomeadamente alimentação, crianças que não estão a conseguir ir à escola e que ligaram e, de facto, não conseguiram ter informação e de feedback por parte da própria linha.

Finalmente, o último ponto, perguntar-lhe sobre a questão que já foi também abordada, embora aqui no Pinhal Novo, a questão da higiene urbana, limpeza dos contentores, o lixo acumulado junto aos contentores, se estava complicado e difícil e sujo, honestamente, agora está muito mais, e chamo também a atenção para os contentores, os dispositivos de reciclagem de lixo que, de facto, os sítios onde as pessoas vão colocar o papel, o plástico, vidro, etc., os orifícios são tão pequenos, que aqui na urbanização onde eu vivo, perto da GNR já há contentores que as pessoas cortaram, serraram, para abrir o contentor para ficar no fundo um orifício maior para poderem lá colocar o lixo para a reciclagem, o que não facilita, de facto, o ambiente.

Eu não queria, de facto, brincar com esta situação, porque não tem nada com que brincar, mas, de facto, é que os contentores dizem os do lixo, têm uma frase de marketing que diz "*Palmela tem bom ambiente*", o que é um bocado contraditório, porque temos que olhar para isto Sr. Presidente, e de facto eu creio que a pandemia não explica tudo, e tem sido muito agravada esta situação relativamente ao lixo, nomeadamente aqui na freguesia de Pinhal Novo.

Muito obrigada, tenho dito."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também.

Não registei mais nenhum pedido de intervenção, vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se quer desde já procurar responder às questões que possa responder nesta altura."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sim Sra. Presidente, gostaria de procurar telegraficamente dar algumas informações e respostas às questões colocadas, se não se importa.

Questões colocadas pelo Sr. Membro da Assembleia Pedro Biu, Chafariz Dona Maria, a intervenção está concluída, o que temos por fazer é uma segunda intervenção, e talvez por isso ainda não tenha sido desmobilizado por parte da empresa a vedação e o estaleiro, que tem estado a aguardar melhor meteorologia. Trata-se da tentativa de uma fase de impermeabilização das traseiras do Chafariz, por dentro na gruta, para que a intervenção que foi tecnicamente muito bem executada, tenha maior duração e longevidade na sua qualidade.

Quanto às armas e cores, estamos a tentar fundamentar com investigação e com uma fundamentação, sobretudo, sobre as tintas que foram utilizadas ao longo de anos, mas que, era noutros tempos em que ninguém fazia o controlo disto, porque também já temos a prova que o monumento original não tinha cor, mas houve, de facto, ao longo de muitos anos a introdução de cores nas várias armas e peças que fazem parte daqueles brasões.

Nós estamos a procurar essa fundamentação, para submetê-la à Direção-Geral do Património Cultural e temos todo o interesse também a dar ali algum colorido àquelas armas, mas só agora podemos fazê-lo com um projeto, devidamente fundamentado, com umas cores, e com umas tintas, e uns produtos, que aquilo não é chegar aí a qualquer tinta e colocar lá, para além de se ter que fundamentar as cores exatas, obedece a uma técnica de intervenção, que obedece a restauro, a acompanhamentos específicos de alguns especialistas e tem que ser validada pela Direção-Geral do Património Cultural, e se a Direção-Geral do

Património Cultural, disser; *"sim senhor, podem pôr as cores"*, nós pomos as cores, eu também gosto do mundo mais colorido.

Quanto à degradação do muro da Rua Hermenegildo Capelo, Srs. Membros da Assembleia, estamos a falar de um muro privado. O Centro histórico já terá notificado, ainda assim, quero recordar V. Exas., e estive na Informação Municipal, que o município já fez sondagens no local sobre a base do muro, aliás, houve um sábado que o trânsito esteve ali interrompido por causa disso, e mandou elaborar um projeto pensando nas questões de segurança, apesar da responsabilidade ser de um particular, de um projeto global quer para o muro do particular, quer para o muro que consideramos público.

Esse projeto aponta para uma obra de dezenas de milhares de euros que ainda não estamos em condições sequer de fazer sem antes esgotar também as hipóteses de responsabilização dos particulares, para além de estarmos a avaliar outra solução, sobretudo para aquele tubo e aquela drenagem de águas pluviais, entendemos nós, já lá estivemos no local a verificar, para tentar até se fazer uma intervenção de fundo, poder ali reabilitar aquela zona.

Painéis nos Miradouros, Sr. Membro da Assembleia, nós estamos para além da limpeza regular, temos, ou tínhamos em plano, mas haveremos de voltar a ter, a perspetiva de proceder à adjudicação de novas placas, serão em princípio, no mesmo material, que é o material fenólico resistente e que permite praticamente fotografia, cor, etc., e esperamos no final do ano, o ideal era ser no verão, se conseguirmos, se as empresas também tiverem essa capacidade de resposta, conseguir substituir aqueles que estão mais deteriorados.

Dra. Rosa Pinto bancos de jardins, são conservados por cada uma das Juntas de Freguesia, naturalmente o período onde se faz a recuperação do mobiliário urbano a não ser que seja algum danificado de emergência, etc., é sobretudo, na primavera/verão, mas acredito que as nossas Juntas têm isto em plano.

Furo de captação de água, melhor depósito Quinta do Anjo, empreiteiro e Pelicano, não se entendem, a Administração Urbanística, terá de fazer nova notificação, esperemos que não tenha que ser mais uma obra que a Câmara tenha que se substituir aos promotores, porque nós já temos obras que nunca mais acabam, mas, enfim, é um processo que também do ponto de vista administrativo, das notificações, das cauções, etc., isto tem que ser tudo muito bem trabalhado para não haver aqui acidentes, porque senão, somos nós todos que vamos pagar uma coisa que deveria ser-nos entregue já feita e sem custos, para pormos em exploração. Neste momento, estamos a dar prioridade, sobretudo a questão dos furos da reabilitação do Depósito de Valadões, furos F3 e F4, em Quinta do Anjo.

Instalações Socar vandalizadas, a Fiscalização Municipal já terá notificado os proprietários ou os administradores de insolvência.

Golfe do Montado limpeza, Dra. Rosa foi tudo limpo, isso, posso garantir-lhe porque, inclusivamente, recebi fotos durante esta semana. O Golfe do Montado tem duas zonas, tem uma zona de Poceirão, tem outra zona de Palmela, posso garantir-lhe que neste momento, à limpeza regular como nunca houve, e quanto aos sobreiros nós as vezes também temos que fazer melhor a análise de algumas coisas que trazemos, há sobreiros em espaço público é connosco, se estão em espaço privado, estão com o problema da proprietária ou outro, nós temos que notificar os proprietários dos terrenos.

Moradores, Centro de Saúde, neste momento ligar para os Centros de Saúde é evidente que é um calvário, eu espero que agora melhore um pouco e sobretudo que quem está à espera de ser chamado para a vacina, espere, a chamada vai lá chegar a sua casa, a questão é que, durante estes tempos difíceis com a sobrecarga que houve nos Centros de Saúde e os seus profissionais estando afetos também a outras ações por causa da "Covid 19", com consultas por telefone, com consultas à distância, com o levantamento de receitas, isto foi complicadíssimo, nós recebemos muitas reclamações, muitos pedidos de ajuda, obviamente falámos com o "ACES- Arrábida - Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida", às vezes até damos outros contactos para ver se a coisa lá chega, mas, enfim, foi um período complicado e é a pressão que ainda todos os serviços de saúde estão a sofrer de norte a sul do país.

Os seiscentos metros da Rua 1º de Maio, não vão ser alcatroados este mandato, Dra. Rosa Pinto, é evidente que é a continuidade de uma estrada, nós, já alcatroamos as zonas fundamentais, que é onde há pessoas, os orçamentos não esticam, estamos ali a falar de alcatroar no meio das vinhas, também temos que alcatroar, mas há-de ser no outro mandato, não é este mandato.

Lagameças, vala real, também aqui uma chamada de atenção, as linhas de água dentro dos terrenos dos proprietários compete a limpeza aos proprietários, se há problemas nas últimas semanas tem sido só chatices destas em sítios entre particulares, questões que a Câmara nem pode intervir, ou são do Código Civil como V. Ex.^a, sabe, ou tem que ser a Agência Portuguesa do Ambiente a pôr ordem naquilo, uma coisa é nós intervirmos às vezes de emergência, como intervirmos na semana passada com as nossas retors, etc., eu até dei autorização para partirem o muro, mas a pessoa não deixou, porque se aquilo metesse em causa mais problemas em bens e pessoas tínhamos mesmo de partir o muro e depois metessem-nos em tribunal, mas, de facto, é uma matéria que passa também pela sensibilização das pessoas, e dos vizinhos de se organizarem e, sobretudo de se respeitarem uns aos outros, porque, depois um diz que não limpa, porque se o outro limpa fica ele com a água no terreno dele, enfim, eu já lá andei no meio de proprietários e sei que aquilo não é fácil.

Dulce Marques, CPCJ e também Dra. Teresa Marta, o diagnóstico que V. Exas. aqui trazem eu também tenho, mas de outra forma, sei dos problemas de funcionamento da CPCJ nos últimos tempos, e temos de facto o compromisso de fazermos aquilo que é a nossa responsabilidade, de pôr lá e cumprir a nossa parte até dois mil e vinte e dois e estamos a fazê-lo, garanto-lhe, temos inclusivamente concursos abertos que visam depois também alguma mobilidade de pessoas para colmatar algumas saídas, mas deixem-me dizer-vos que também teria sido interessante, quando V. Ex.as, falam em cumprimentos de quem vem, que ainda vem, quem é que tem que cumprir, mas eu não vou aqui falar. Que incumprimentos de quem vem, de quem não vem, quem é que está a incumprir, mas eu não vou aqui falar quem são os incumpridores, das dificuldades dos restantes membros e dos outros parceiros. A CPCJ, não é uma organização municipal, o município garante as instalações, os apoios administrativos, os instrumentos, as ferramentas, os espaços, as impressoras, também nunca ouvi falar de problemas, mas quando há repara-se, há todos os dias numa organização deste tamanho, com tanta maquinaria, todos os dias temos avarias para reparar, penso que não é esse o problema da CPCJ é, de facto, se calhar até de conceito e nesta ideia de que as instituições têm que meter lá as suas pessoas quase em *pro bono*, uns dão sete horas, outros dão trinta horas, isto não vai lá assim.

As instituições fazem lá falta, mas também têm falta de recursos, e de facto, nós temos um problema com uma funcionária nossa, gravemente doente, tem estado a ser substituída por uma outra funcionária nossa que é psicóloga, e que vai para outra autarquia, ainda vamos ficar pior, e é isso que estamos a tratar e portanto, das trinta e cinco que devíamos ter mais um reforço parcial, neste momento, nós, por exemplo, isso assumo só estamos a conseguir fazer vinte e oito horas, mas atenção, para não falar em instituições, quero protege-las, mas há uma que eu não posso deixar de falar, não é uma instituição é uma entidade do Estado que tem grandes responsabilidades, por exemplo a Segurança Social, não tem estado lá presente. A questão é esta, eu acho pertinente discutir isto em comissão como V. Exas. sugerem, o município estará também se entenderem para dar as suas explicações através do Sr. Vereador, ou da técnica que acompanha a comissão, mas não trazer aqui esta questão que o ónus é da Câmara Municipal, a Câmara Municipal tem responsabilidades, quando está a cumprir, quando não está, tem que assumir e nós, de facto, assumimos que não estamos a conseguir estar lá as horas todas, estamos a tomar medidas para, mas olhe que o problema do funcionamento, aquilo não é falta do compromisso municipal.

Sr. Colin Marques, carros abandonados, os levantamentos são feitos, as Juntas de Freguesia mandam-nos e a fiscalização atua. Há processos que demoram mais do que outros, eu próprio convivo com alguns e dou alguns empurrões nuns, mas não consigo tira-los de lá, alguns não podem sair porque estão à guarda do Tribunal, outros porque não sei quê, ficam lá mais tempo, para sermos um bocadinho às vezes mais eficazes nisto, nós precisamos que, em vez de nos falar em abstrato nos digam, mandem um mail para a Câmara, uma reclamação, uma exposição, através das nossas Juntas diretamente, uma fotografia, este carro na rua tal, tem lá o selo há quanto tempo? Não sei, etc., nem que seja para a fiscalização dar uma explicação por que é que o processo não tem desenvolvimento. Este é um fenómeno cíclico, tem até alturas, tem anos em que aparecem mais situações destas, recentemente, dei nota, no Centro Histórico onde há falta de estacionamento entraram três, saíram dois, lá está o tal que não consigo empurra-lo de lá, mas conheço de facto noutras freguesias, situações que, às vezes também questiono, porque é que aquilo está lá há tanto tempo e a explicação do Sr. Vereador do pelouro e que os serviço nos dão, é que há outras situações do Tribunal que não permitem tirar de lá o carro. Vamos procurar fazer um balanço, e um ponto de situação e espero que os relatórios da Assembleia também tragam números sobre estas diligências.

Gruta Casal do Pardo, agradeço o alerta, vamos pôr os serviços a.

Quanto ao terreno atribuído à Fundação COI, em primeiro lugar dizer-lhe com toda a frontalidade que é falso que o Centro Social de Quinta do Anjo, alguma vez, tenha formalizado ao município um pedido de terreno para um equipamento dessa natureza.

E esse zum-zum, inclusivamente já deu origem a uma reunião entre a Direção do Centro Social, o Sr. Vereador e eu próprio, para perceber que mal-entendido era esse, e o Centro Social de Quinta do Anjo, teve a oportunidade também de se candidatar, e se quisesse fazer um equipamento desses tinha o mesmo tratamento que teve a Fundação COI, a Fundação X, a Fundação Y, a IPSS Z do nosso concelho. Desde que tenha intenção, projeto, objetivos, sustentabilidade para a coisa, e não foi a única associação que se candidatou a este "PARES-Programa Operacional Inclusão Social e Emprego", há mais gente, mais instituições, e o município acompanhou candidatura de todas, inclusivamente com compromissos de comparticipação financeira das obras, exceto à Fundação COI, onde ficamos apenas pela cedência de terreno e portanto o Centro Social candidatou-se a outra coisa e nessa candidatura tem o apoio do município.

Isso para mim está esclarecido com quem tinha de estar esclarecido e insinuações de coisas, de partidos, etc., é os senhores a quererem criar factos políticos, porque eu não dou para esse peditório, mas já agora, porque até me alertaram para isso, a pessoa que falou lá nessa Assembleia, por acaso, é do mesmo partido que os senhores aqui referiram, mas pronto, isso agora não interessa.

Sr. Mário Rui Baltazar, traço contínuo da Av. Alberto Valente, depois de ter estado no local com as Infraestruturas de Portugal, defendemos a correção da sinalização horizontal que está incompleta e é fácil de verificar porque as passadeiras não foram pintadas, estão lá picotadas mas não estão pintadas, em quatro locais e estamos até hoje à espera que nos enviem o esboço das soluções que consensualizaram connosco no local. Amanhã, vou receber moradores da Av. Alberto Valente para lhes explicar o que é que foi debatido e consensualizado com as Infraestruturas de Portugal, tenho um atendimento precisamente sobre essa matéria amanhã, onde faço eu questão de explicar o que é que estivemos lá a discutir.

As Infraestruturas de Portugal, enfim, tem os seus timings, os seus problemas, isto é fácil de falar de atrasos de obras, de processos, disto e daquilo, mas parece que é transversal ao público, ao privado, a empresas grandes, à Administração Central, a Administração Local, quando há outros problemas nas organizações, o Senhor referiu aqui e bem, o estado lastimoso da Nacional/5, entre Poceirão e Marateca, é uma estrada nacional, o município tem alertado, vamos levar à próxima Reunião de Câmara um acordo sobre a nacional/5, mas é exclusivamente para o perímetro urbano da Aldeia de Águas de Moura, desde o início da Calouste Gulbenkian, até à Nacional/10, junto à Igreja de São Pedro, esse troço vai passar para o município, por via dessa permuta dominial, vamos ter oportunidade de fazer lá obras de melhoramento, mas apenas dentro da Aldeia de Águas de Moura, o resto será a Infraestruturas de Portugal a ter de intervencionar e nós, quando lá estivemos já por mais do que uma vez, a falar da necessidade de aquele troço dentro do perímetro urbano de vir para a Câmara, voltámos a chamar a atenção para as sucessivas depressões que há naquele pavimento e cada vez que chove, abre buracos também, mas só as depressões, é um perigo para a condução e para as velocidades que ali se praticam, temos alertado para esse efeito.

Computadores nas escolas, o município desde o primeiro momento em que houve interrupção de atividades letivas reforçou no 1º Ciclo, que é da sua competência, o número de computadores, forneceu hot spots, enfim, dotou as escolas para que elas de acordo com o conhecimento das necessidades das crianças e das famílias que não tinham equipamento, pudessem nesse primeiro momento, satisfazer todas as necessidades.

Neste segundo momento, temos feito chegar às escolas algum material. Recentemente entregámos vinte tablets, ainda vamos entregar mais dez e temos a noção, porque procurámos perceber, do material que existe em falta e que é da responsabilidade do Ministério da Educação coloca-lo nas escolas, sobre isto não vou tecer grandes considerações, porque, enfim, tem feito parte, inclusivamente aí da contenda política a nível nacional.

No agrupamento de Escolas de José Saramago, por exemplo, o número de computadores entregues para todos os ciclos de ensino até sobram, e nós, há uma semana, o Sr. Vereador Adilo Costa, telefonava para a "DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares", a dizer, se sobram na Escola José Saramago, que

faz o pleno, estamos a falar dos alunos de escalão A e B, certo? Porque é que não permitem que esses que estão a mais, vão para os outros Agrupamentos onde há mais falta e, onde é que há mais falta? No Agrupamento de Escolas de Palmela, seguido do Agrupamento José Maria dos Santos, a Secundária de Palmela está praticamente garantida a totalidade dos computadores, na de Pinhal Novo, não há dados, mas de uma maneira geral também não há grandes necessidades.

De facto para o 1º Ciclo, apenas para alunos do escalão B, porque os do A já tinham todos computadores, na Escola José Maria dos Santos faltavam, isto há cerca de quinze dias, sessenta e quatro computadores, para o 2º e 3º Ciclo trinta e oito, em Palmela faltavam para o 1º Ciclo, cento e quarenta e oito do escalão B, e faltavam do 2º e 3º Ciclo setenta.

O município tem procurado fazer parte da solução, mas a informação que tem, é que o Ministério da Educação garante que, até final de março, eu não sei se nessa altura, já não voltaram ao presencial, que têm os computadores entregues na escola, mas isso, pelo Ministério da Educação, não consigo responder.

O número de chamadas da linha criada, eu acho estranho dizer-se que não há feedback, ou dificuldades, porque, infelizmente, na minha perspetiva o número de chamadas é bastante curto, a linha funciona, não tem muitos contactos, mas todos têm sido resolvidos.

Tenho aqui a atualização que o número de computadores em falta na Escola José Maria dos Santos, já baixou, tinha-vos dito, que nós próprios entregamos dez tablets ao Agrupamento de Escolas de Palmela e dez tablets ao Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, tem vindo a baixar nos últimos dias, mas a tal entrega por parte do Ministério da Educação, ainda está por fazer a média de chamadas diárias é dez e não está nenhuma sem ser resolvida ou devidamente encaminhada.

Sobre limpeza, resíduos, contentores, etc., eu, aqui há pouco tempo fazíamos uma análise até do número de reclamações, desde que as pessoas estão em casa, até aumenta muito, mas devo dizer-vos que, pelos relatórios diários que recebemos da recolha e do acompanhamento que é feito pelos nossos encarregados até do trabalho dos operadores privados e da própria Amarsul, a limpeza tem estado muito melhor e sem problemas e isso nota-se um pouco em todo o concelho e quando está mal, eu admito que está mal.

Agora há sempre dois ou três sítios críticos onde este problema dos contentores ou da inadequação daqueles contentores para a reciclagem por parte da Amarsul, e também com pouco esforço por parte de alguns cidadãos, deixam de facto o espaço em torno dos contentores com um aspeto lastimável e às vezes, até há espaço para meter os reciclados nos respetivos contentores, continuamos a pressionar a Amarsul, que nos prometeu que abria a boca aos contentores porque estava a fazer uma experiência num concelho vizinho com esse novo tipo de tampas e que ainda não fez, e temos recomendado aos nossos munícipes que destravem a tampa, porque aquilo é fácil de destravar, para levantarem a tampa e colocarem lá o material que pretendem reciclar e, sobretudo que o desmanchem, que os espalmem e que condicionem melhor porque meter um caixote de um frigorífico dentro de um contentor, obviamente, vai fazer com que o resto tenha que ficar sem ser desmanchado, vai ficar no exterior.

Os indicadores que temos é de alguma melhoria, são indicadores também que publicámos no último boletim de recordes de recolha em termos de toneladas e de tudo e também nos reciclados felizmente, o concelho de Palmela já está ao melhor nível aqui da margem sul, porque os sistemas da margem norte, têm sido mais eficientes, e por ora disse, Sra. Presidente, obrigado pela atenção."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente."

Tinha tido aqui um pedido de reforço de intervenção por parte da Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto, pedia-lhe que fosse muito breve, está bem? Neste período."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu não consegui perceber, parece-me que o Sr. Presidente não terá respondido à questão daquele furo que está a ser, nos Portais da Arrábida, e a parte jurídica, e também queria congratular-me pela remoção que vai ser feita nas escolas e queria saber, como é que está o caso da EN/379 que o Sr. Presidente disse que ia ter uma reunião e a parte da estrada da Coca-Cola, quando é que vai ser iniciada a obra e é só obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Não sei se o Sr. Presidente quer dizer rapidamente alguma coisa sobre isto?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sim, muito telegraficamente, a Dra. Rosa Pinto tem razão porque eu, furos, depósitos, misturei as coisas. Não tenho conhecimento desse furo, nem onde está a ser feito. Geralmente os furos e, sobretudo se for numa zona em perímetro urbano e onde há abastecimento de água em principio eles têm que ser licenciados e têm que, decorrer numa determinada tramitação. V. Exa., refere que, hipoteticamente até estará em terreno que não é privado e que será público, eu desconheço, teremos de mandar verificar, não consigo dizer-lhe nada sobre essa matéria.

A EN/379, se se refere aqui a toda a EN/379, depois das inúmeras insistências que todos temos feito sobre a necessidade de reabilitação desta estrada desde São Gonçalo até à Volta da Pedra, nós estamos a procurar arranjar aqui um acordo também de gestão do troço entre o Perímetro Urbano de Palmela e a Volta da Pedra, quanto ao restante troço que não está sujeito a desnacionalização ou a descentralização para as Câmaras, foi-nos prometido que estariam a trabalhar para em dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, fazerem a reabilitação da estrada, agora tudo isto terá que ver com outras coisas, nós com as Infraestruturas de Portugal, também já tivemos as passagens desniveladas que faltava fazer no concelho prometidas para estarem prontas em dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, para entrar em exploração e, dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, eu tenho esses calendário escritos, mas parece que ficou tudo agora à espera dos próximos fundos, já não era do "Portugal 2020", já era do "Portugal 2030" e agora parece que está tudo à espera é do Plano de Resolução e Resiliência, que não vai ser aquilo que o pessoal pensa, mas em próximos momentos de trabalho com as Infraestruturas de Portugal, temos de facto, muitos dossiers com eles, vamos procurar atualizar essa informação.

"HUB 10", segunda fase, eu sei que era uma das questões que a Dra. Rosa Pinto também colocou e que nós no Gabinete de Apoio à Presidência quando recebemos o pedido via Assembleia Municipal, não respondemos porque estávamos à espera, a ver se tínhamos aí uma novidade mais recente, mas infelizmente, não se concretizou.

"O HUB 10", segunda fase, que a estrada não é da Coca-Cola, há quem diga que era do Xavier de Lima, é de muita gente, o problema é esse, é que a estrada é de muita gente, foi adjudicado com contrato assinado outubro/novembro, tem contrato assinado desde o dia dezoito de novembro, foi para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas em vinte e oito de dezembro, fez-nos mais perguntas e complicou-nos um pouco processo precisamente com a dominialidade de algumas parcelas, onde nós vamos intervir, nós para fazer ali um trabalho em condições, não podemos cingir-nos à parte que hoje tem alcatrão, temos que tratar as bermas, temos que drenar as águas pluviais para algum lado e ainda por cima o conceito do "HUB 10", a isso obriga, até por causa da candidatura, criar lugares para estacionamento de autocarros, transportes rodoviários coletivos, corredor ciclável num dos lados, passeio, isto obriga à utilização de umas bermas, ainda uns quilómetros significativos, quatro quilómetros e tal.

Três dos processos, que tínhamos autorização dos proprietários para entrar em obra, o Tribunal de Contas, vem dizer-nos agora, "*não, a autorização não chega, vocês têm que ter isso escriturado*", já fizemos a escritura com um dos proprietários, estamos em vias de fazer muito brevemente, com outro e o terceiro que está mais difícil, também há-de ser feito, são estas questões que acabam por muitas vezes, só quem não mexe nestes processos. Reparem a empresa está desejosa de entrar em obra, adjudicou por um valor, seis meses depois, se calhar, os materiais já são mais caros, enfim, precisamos mesmo de desbloquear algumas

questões desta natureza para poder entrar em obra, e estamos a dar o máximo, os nossos Serviços Jurídicos, pessoal que trata das questões do cadastro, das escrituras, estamos todos a dar o máximo, para que isto possa rapidamente entrar em obra e ter o visto do Tribunal de Contas.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Ora bem, nós, vamos terminar as intervenções dos Srs. Membros da Assembleia e passamos então rapidamente à apresentação das moções e saudações neste sentido, dou a palavra à CDU, quem vai apresentar a moção sobre o Dia Internacional da Mulher? Cecília de Sousa.”

Moção CDU “Dia Internacional da Mulher 2021”

Tomou a palavra a **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito obrigada Sra. Presidente da União de Freguesias Poceirão e Marateca.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia, se alguém deseja intervir sobre esta moção?

Tem a palavra o Sr. Membro, José Carlos de Sousa da bancada do Partido Socialista.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, uma boa noite para si e para o Sr. Presidente de Câmara, todos os caríssimos colegas Membros da Assembleia Municipal, e para os técnicos do município que aí estão também no Cine Teatro São João, desejar-vos antes de mais, saúde e um forte abraço de solidariedade.

Três ou quatro notas sobre esta moção, é uma moção que a parte inicial não merecerá muitos comentários, mas podia ter sido escrita claramente, pelo Partido Socialista e, portanto, a questão do reforço do Serviço Nacional de Saúde, temos neste momento, no concelho de Palmela, do Aces de Setúbal a ser o concelho que tem a menor percentagem de elementos sem médico de família, oito virgula três por cento, enquanto Sesimbra e Setúbal estão mais a cima, e tem sido visto neste tempo de pandemia um investimento que, às vezes nos continuamos a queixar da sua insuficiência, mas tem sido um investimento forte e que não tem virado costas a uma luta, que é uma luta de todos.

A Vacinação está aí na medida, do possível, quando não está, é porque efetivamente não está nos outros sítios também da União Europeia, em função de uma série de negociações que foram feitas e se Israel, por exemplo, tem neste momento, praticamente metade da população vacinada, pagou o dobro do preço que todos nós pagamos, e enfim, até os dados clínicos dos seus habitantes serão trabalhados pela empresa que lá forneceu as vacinas.

Aproveito entretanto Sra. Presidente, para lhe dizer isto, só esta nota, porque me lembrei como esta sessão está a ser gravada e não nos foi pedida autorização, possivelmente terá que no início da ata, constar que a sessão é gravada e que não houve ninguém que se opôs, até porque, como sai no YouTube, não teremos grande problema em relação a isso, já estamos habituados a isso.

Defendemos também, diz o PCP aumentar salários. Salário mínimo, nunca o salário mínimo aumentou tanto em Portugal como nos últimos anos, ampliar o apoio social aos setores da restauração, é isso que está a fazer, do turismo, da Cultura, onde o emprego das mulheres tem grande peso e isso tem sido visto, melhorar os transportes, medidas complementares de proteção social, reforçar a proteção do combate à

violência doméstica, foi e é crime, hoje em função do Governo do Partido Socialista e, portanto, nós estamos perfeitamente de acordo com a moção, sendo que, tem aqui algumas palavras escritas sem o acordo ortográfico que eu pedia que fosse corrigido. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Devo entender, faço esta pergunta só para me facilitar um bocadinho aqui a atenção na parte seguinte que é da votação, devo entender das suas palavras uma opção de voto assumida pelo Partido Socialista?”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Sim, perfeitamente, iremos votar a favor.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Vão votar favoravelmente, é só para me facilitar a atenção na parte da votação.

Dou a palavra agora à Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto PSD/CDS.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Há muitos pressupostos e considerandos nesta moção, que não teríamos problema nenhum em aprovar. Efetivamente até no âmbito dos direitos da mulher, quero-vos dizer que houve recentemente um acórdão de um tribunal português, que considerou uma avaliação até para uma indemnização por trabalho em casa, de uma pessoa que tinha deixado de trabalhar para tomar conta dos filhos, até a nossa jurisprudência está a evoluir um bocadinho a sua mentalidade.

Efetivamente quanto aos salários e tudo mais, penso que todos defendemos que devemos dar apoio social e salários mínimos e penso que a pandemia, como já aqui disse, uma vez, trouxe algumas lições para todos, a questão e a diferença principal e não tem aqui a ver com esta moção, tem a ver até com o que o José Carlos disse, é que entre o que se propaga e o que se faz, por vezes há uma décalage muito grande, ou seja, no terreno não se sente muitas vezes as medidas que se anunciam, mormente no apoio social à restauração, à hotelaria e à agricultura familiar, turismo e Cultura, e portanto é essa décalage, que nós diremos que, por vezes, quando chegam alguns subsídios já quase que passou a crise.

Talvez ajude é que a crise, se calhar não vai passar tão depressa e sobretudo com os planos de vacinação, uns por falta de vacinas, outros por falta de organização, não estão a corresponder no terreno àquilo que também é anunciado, portanto aqui quando a CDU diz isto, até considero que têm razão na ampliação do pedido.

Já quanto às creches públicas gratuitas e escolas, como sabem, nós somos defensores, quer do ensino público, quer do ensino privado. Quando há protocolos com o Estado, defendo eu, nas entidades privadas tem que ser exercida a devida fiscalização de modo a avaliar-se se esses protocolos são cumpridos integralmente. O que é que nos suscita aqui só alguma dúvida, “*reforçar a prevenção e combate à violência doméstica e tráfico de seres humanos*”, os seres humanos que são traficados não são só mulheres, há muitos que são crianças e que levam tráfico de órgãos também.

Agora a última frase, “*reconhecer a prostituição como exploração e uma grave forma de violência sobre as mulheres*”, e depois, “*as prostitutas querem a sua atividade legalizada*”, no nosso entender aqui neste reconhecimento, percebemos isto, esta vossa frase, mas já o sistema jurídico português, prevê diversos crimes mormente o de lenocínio, eu percebo que a CDU aqui quer dizer que é uma forma de violência sobre as mulheres e sobre as crianças, e efetivamente essas atividades não estão legalizadas em Portugal, nem é uma forma de violência, há casos em que são perfeitos crimes, como é o de lenocínio, como é o assédio sexual e portanto esta última frase se conseguissem a compor aqui um bocadinho melhor, teriam o nosso voto favorável, porque esta parte final, penso que não está clara, e é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Não vi mais nenhum pedido de intervenção?

Pergunto à CDU, se quer fazer algum ajustamento, tendo em conta esta declaração última da Bancada do PSD/CDS, que é com algum acerto na última expressão?”

A Sra. Cecília Sousa da CDU:

“Eu penso que o sentido, está claro, não vejo a necessidade de estarmos a fazer alteração no sentido da moção, bem como o sentido da última expressão, do último parágrafo, está claro aquilo que é a intenção e aquilo que defendemos e, por isso, não. Também a Dra. Rosa Pinto não apresentou aqui uma alteração que pudéssemos aqui considerar, penso que no nosso entender, está claro aquilo que é o sentido da expressão.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Quer concretizar alguma nota concreta em relação a esta formulação última?”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“A minha intervenção foi clara, se a CDU considera, na pessoa da Sra. Presidente de Poceirão e Marateca, que mantém, e é essa a vossa ideia, nesse caso abster-nos-emos. ”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Não sei se a sua intervenção foi completamente clara, confesso que, para mim não foi totalmente clara.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Esta última parte não ouvimos”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Ah pois, peço desculpa, porque está a falar sem micro, desculpem, isto é falta de hábito nesta nova organização, o que disse, neste caso a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, é que acha que a sua intervenção foi clara, e que portanto a CDU, não entende e se acha que não deve mudar, que a o PSD/CDS vai abster-se.

Eu acabei de dizer que, para mim, não foi completamente clara, isto é, não percebo qual é a questão que foi levantada quando diz que reconhece, partilha da ideia de que, enfim, o tema da prostituição é uma exploração e uma grave forma de violência e até crime no caso das crianças, e aqui diz que é violência sobre as mulheres e as crianças e, portanto, o que eu entendi foi que da sua intervenção o tema é mais grave ainda, porque pode ser crime e, portanto, não tenho a certeza, se entendemos todos bem.

A pergunta objetiva é, que quer fazer alguma proposta de alteração a esta última expressão para acompanhar o voto, ou não vale a pena?

O PSD/CDS, vai abster-se.

Pergunto se há mais alguma, sim, Teresa Marta, tem a palavra.”

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

“Eu quero fazer uma declaração de voto, eu vou votar a favor desta proposta, porque acho que no global entendo e percebo o que é que está por trás dessa observação, e considero que está, de facto, a prostituição, quantas mulheres não se prostituem porque são obrigadas a isso, não é? E até nalgum trabalho que fiz, ainda havendo no Intendente questões muito complicadas, percebi que, de facto, no terreno isso existe e é essa voz, destas mulheres, nem sequer chega cá fora à luz do dia, é só para dizer isso, eu vou votar a favor, obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito obrigada.

Acho que a sua intervenção, independentemente do sentido de voto, a sua intervenção ajuda a clarificar a nuance, que aqui podia estar a ser colocada.

Há mais alguma intervenção sobre este tema? Vamos votar.”

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD- Teresa Marta, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções PPD/PSD.CDS-PP- Maria Rosa Pinto e Colin Marques.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Vamos ao tema seguinte por favor, e eu peço ao Bloco de Esquerda que apresente então a sua moção sobre resíduos urbanos. Quem vai usar da palavra?

Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos.”

Moção BE “Pela Melhoria drástica da gestão dos resíduos urbanos, Por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos”

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** para apresentar a Moção, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta moção, quem deseja intervir por favor?

Senhor Membro da Assembleia, José Carlos Sousa, por favor.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito obrigado.

Tânia, eu enviei para o teu telemóvel uma nota, que é uma apreciação parlamentar trinta e cinco catorze, segundo o decreto-lei, 92/2020, ou seja, parte aquilo que vocês estão hoje aqui a propor já está contemplado nesta alteração, nomeadamente as questões da revogação do número 4 do artigo, 2º, nomeadamente a aplicação da moratória que estou a ler, o artigo 58 número 4 é aplicada uma moratória ao disposto no número 3 do presente artigo até trinta de junho de dois mil e vinte e um, fim de pandemia à partida, ou pelo menos a esta fase, sendo que esta data a total gestão dos resíduos assume o valor de onze euros por resíduos tudo isto a cerca de cinquenta por cento sobre os tais vinte e dois euros iniciais e depois

ainda neste ponto vinte e cinco fala nas receitas previstas na alínea a) do número dezoito do presente artigo que por razão não diretamente imputável aos municípios, designadamente pela não apresentação de candidaturas, não sejam a estes distribuídos no âmbito dos avisos por parte do Fundo Ambiental, revertem um aumento a favor deste municípios, devendo os municípios, repercutir integralmente, esta diferença na redução das tarifas e prestações financeiras cobradas.

Depois ainda refere que o Governo, deve adotar medidas que permitam aumentar a transparência e o escrutínio da utilização das receitas da TGR - Taxa de Gestão de Resíduos, nomeadamente através de aplicação obrigatória até março de cada ano, no seu relatório anual onde consta a atribuição, desagregação por ações, objetivos e destinatários das receitas geradas pela TGR - Taxa de Gestão de Resíduos, pela taxa de recursos aqui apontada, portanto, não me parece que a moção nesta fase, enfim, está aqui já desde dezassete de fevereiro que a Assembleia da República definiu esta apreciação parlamentar e, portanto, não me parece que tenhamos que, enfim podemos votar, não há dúvida nenhuma, mas aquilo que está na moção genericamente já está contemplado aqui. Era só Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Pergunto ao Sr. Membro da Assembleia, Rui Lourenço se deseja intervir, tem a mão levantada, eu não sei se ainda é da votação anterior, ou se é um pedido, sim senhor.

Mais alguma intervenção sobre a moção? Não?

Então vou perguntar, neste caso ao Bloco de Esquerda, se quer ter em consideração alguma questão das observações feitas pelo Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa? Sim?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Ora, muito boa noite a todas e a todos, cumprimentos extensivos também a quem nos ouve através das redes sociais, ao público em geral.

De facto, a moção versa sobre a questão de resíduos sólidos urbanos na questão da moratória, mas não é só essa a questão, nós compreendemos que fomos apanhados um bocadinho desprevenidos com essa situação mas, penso que manteremos a moção, porque ela versa, não só sobre a questão da moratória, como a questão da melhoria da gestão de resíduos sólidos urbanos, que é, o que está aqui em causa também neste nesta moção. Disse."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Penso que se percebeu a sua posição.

Tenho um pedido de intervenção em sala, o Sr. Membro da Assembleia, Joaquim Pires, por favor, é só ir ao microfone."

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Boa noite a todos, através da Sra. Presidente cumprimento todos.

Relativamente a esta moção, a posição da CDU irá no sentido de votação favorável. É uma matéria sensível, é uma matéria muito importante, e apesar do texto do Bloco de Esquerda conter algumas ou ter algumas omissões, ou falta de ligação por exemplo ao trabalho já realizado pelos municípios, e isso deveria constar aqui, porque há muita coisa que foi feita já relativamente a uma oposição, ao aumento brutal destas taxas e

mais, o que se quer agora que vem ainda pôr mais problemas na vida quotidiana dos nossos munícipes e de nós próprios também, naturalmente, nós concordamos com a moção e por isso vamos votar favoravelmente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Então vamos votar.”

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor (quinze da CDU, um do PPD/PSD.CDS-PP. Colin Marques e Maria Rosa Pinto, dois do MIM e dois do BE) e dez abstenções (nove do PS, um do PPD/PSD- Teresa Marta.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Passemos à frente, e passamos então à última a saudação que é do PSD/CDS, aos profissionais de saúde, bombeiros, cuidadores do município, quem apresenta?

Muito bem, por favor.”

Saudação PSD/CDS“Pandemia Covid 19, Saudação aos Profissionais de Saúde, Bombeiros e Cuidadores Formais e Informais do Concelho de Palmela”

Tomou a palavra a **Sra. Teresa Marta Oliveira Santos Joaquim** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Srs. Membros da Assembleia, sobre esta saudação? Alguma questão?

Tenho dois pedidos de intervenção, estou a ver bem, por um lado do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e depois, do Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa.

António Mestre, por favor.”

O Sr. António Mestre da CDU:

“Boa noite a todos, espero que me estejam a ouvir.

Só duas pequenas notas nesta saudação, uma vez que o convite é aos Membros da Assembleia, para se solidarizarem com esta saudação, nós efetivamente estamos solidários e como estamos em maré de fazer também alguns pedidos de inclusão, como já foram feitos aqui, gostaria muito que esta saudação fosse um bocadinho mais inclusiva, e que não tivesse deixado de fora também os serviços municipais, não estou a falar das autarquias só no seu conjunto, mas muitos serviços municipais cujos profissionais dos municípios e das autarquias, se envolveram diretamente, e que se continuam a envolver diretamente, com todos os condicionantes pondo em causa a sua própria saúde e o cuidado dos seus também, pondo todo o seu profissionalismo ao cuidado das populações e se mais exemplo não bastasse, basta referir os Serviços

Municipais de Proteção Civil, que no terreno têm colaborado diretamente com as nossas populações, pedia então, também, se fosse possível, que esta fatia da nossa população que também coloca diariamente a sua vida em risco para ajudar os outros, fosse reconhecida nesta saudação, era só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada, António Mestre.

Tem agora a palavra José Carlos Sousa.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

A minha intervenção é um pouco na linha do que o Mestre fez, eu, no entanto, consigo ver a Proteção Civil aqui representada, quando o PSD/CDS, fala nos Bombeiros, é curto, eu percebo e portanto também corroboro esta questão da Proteção Civil Municipal, mas não gostava de deixar de fora desta moção, claramente, todos os trabalhadores e trabalhadoras dos Serviços de Higiene e Limpeza do Município de Palmela.

Eu penso que foram daqueles que nunca pararam e são daqueles que são menos agradecidos, e nós gostamos, ainda há pouco aqui alguém falava que havia muito lixo nos contentores, sim, há muito lixo, mas há gente que trabalha todas as noites para que esse lixo não esteja em tão grande número nos contentores e, portanto, dá-me ideia que aqui teríamos que otimizar aqui alguma coisa.

Também me parece, se me permite o PSD/CDS, este parágrafo não me parece correto na perspetiva da sua leitura, que é o segundo parágrafo, na sua parte final “(...) e neste caso permita-se referir os profissionais do concelho de Palmela, quer nas Unidades de Saúde de Cuidados Primários, quer nos Hospitais (...)”, ora, os Hospitais não existem em Palmela, são profissionais do Concelho de Palmela que trabalham fora em Hospitais, eu acho que temos que refazer de alguma forma esta questão.

Depois fala dos cuidadores informais que são negligenciados, eu gostava de lembrar que o estatuto de cuidadores informais, foi trabalhado e publicado por já nem sei se por este Governo, se pelo Governo anterior, quer dizer, não é muito saliente isto, porque o Governo é da mesma força política, mas foi este Governo que tratou dessa questão, por outro lado, esta nota que deixa aqui de ferroadada, claramente, ao Governo, de que não reconhece este poder político que tem passado das palavras às ações concretas, com o desenvolvimento de carreiras, condições de trabalho, remunerações dignas, ora todo este setor social, Misericórdias, IPSS, privados, Colegas, Lares, o que seja são privados, ou seja o estado, cria a tabela salarial para o setor público. Temos aqui que definir alguns critérios claros quando acabamos por espelhar aqui na saudação, que nós gostaríamos muito de estar nela, porque entendemos que quem aqui é falado, merece, mas precisaríamos aqui de refazer alguma coisa, mas deixo a total liberdade à Teresa Marta, por exemplo, para refazer a proposta neste sentido, se assim, e só, se assim, o entenderem.

Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem, obrigada.

Não vejo aqui outras intervenções, outros pedidos de intervenção.

Dou a palavra à Teresa Marta exatamente.”

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

“Plenamente de acordo em relação à inclusão da Proteção Civil, dos trabalhadores municipais, dos trabalhadores também da Higiene e Limpeza do Município, claramente. Em relação à dita ferroadada, o que

aqui está referido em relação aos cuidadores informais, o que a saudação diz é, "*tantas vezes negligenciados*" não se está a dizer, que eles são negligenciados, mas isso claro que é uma questão de semântica e pode ser alterada.

Com honestidade, em termos da nossa bancada, PSD/CDS em relação à política do Governo, aí já me é mais difícil concordar, creio, ou cremos, que há aqui alguma questão de negação de algumas evidências e aí é mais difícil concordar, tudo o resto, sim, tudo o resto, sim.

Obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Já que aceitámos crescer na moção, essas entidades que na nossa mente estavam integradas na questão da Proteção Civil, mas das autarquias sim, mas cresceríamos também, as forças de segurança, eu lembro-me que até aqui numa reunião anterior, até foi o António Mestre que referiu também isso das forças de segurança, mas, desta vez, lembrei eu e ele não referiu, mas penso que é de acrescentar.

Obviamente que, no penúltimo parágrafo da saudação, quando se diz "*o nosso Governo*" não é o nosso Governo da cor política com toda a certeza, é o Governo de Portugal.

E já aqui dissemos que muitas vezes, eu sei que é uma época de pandemia e difícil, mas muitas vezes há medidas que são apregoadas e no terreno têm muita dificuldade, ou muita morosidade, para serem implementadas é isso que é preciso melhorar, é só isso. Obrigada.

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

"Senhora Presidente, agora pergunto: estando eu on-line, e neste momento para fazermos as inclusões e as alterações solicitadas, como é que a senhor Presidente sugere fazer?"

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

"Da parte do Partido Socialista ampla liberdade para a Teresa Marta fazer e da nossa parte completa anuência àquilo que for escrito dentro daquilo que aqui foi falado."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Por qualquer razão não se ouviu em sala a intervenção do Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa, mas que eu traduzo, foi muito simples, foi dizer que da parte do Partido Socialista conferia liberdade à Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta, para reter as observações que foram feitas e portanto adiciona-las à moção.

Eu fazia a seguinte sugestão, só para tentar simplificar estava a pensar enquanto vos ouvia. De tudo o que ouvi, pareceu-me que o que era consensual, corrijam-me se estiver enganada, mas o que era consensual era primeiro corrigir no fim do segundo parágrafo, esta ideia de facto, é uma pequena imprecisão, a ideia de que são "*Os Profissionais de Saúde do Concelho de Palmela*", sem esta distinção entre serviços de saúde primários e hospitais porque, no caso dos hospitais, quer dizer, senão temos que fazer distinção, que é "*Os Profissionais de Saúde do Concelho de Palmela*", que trabalham no concelho nas unidades de saúde de cuidados primários, ou nos hospitais, também há profissionais do concelho de Palmela a trabalhar noutros hospitais, portanto, das duas uma, ou se diz, "*Os Profissionais de Saúde do Concelho de Palmela*", enfim, nos diversos níveis ou, termina só em "*Profissionais de Saúde do Concelho de Palmela*", acho que essa precisão pode ser útil.

Depois, no fim do terceiro parágrafo, acho que é importante e também me parece justo acolher esta sugestão que se enfatize Bombeiros, Forças de Segurança e se quiserem ainda aqui destacar globalmente a Proteção Civil, fica mais completo.

Introduziria uma nova linha exatamente nesta sequência, antes do parágrafo seguinte, então para referir os trabalhadores municipais com destaque, se assim entenderem, enfim, não são os únicos naturalmente, mas face ao enfoque que aqui foi dado, eu sublinharia com destaque para aqueles que no dia-a-dia ajudam a cuidar, nomeadamente, a recolha de resíduos, como se entender.

Isto é só uma tentativa de ajudar a organizar a moção, se todos estiverem de acordo, penso que neste contexto, a Teresa Marta tem todas as condições para redigir e enviar amanhã, se enviar amanhã, faz-se circular pelos líderes de bancada e acho que estaremos todos de acordo.

Desculpe, quem diz amanhã, diz segunda-feira.”

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

“Sim obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“De acordo todos?”

Então nós podemos votar genericamente, a moção que aqui está apresentada com o sentido destas alterações introduzidas? Sim?”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Sra. Presidente, se me permite, é uma saudação, não se vota. Não ouviu o que eu disse, é uma saudação, no cabeçalho está uma “saudação”, portanto não se vota.”

O Sr. António Mestre da CDU:

“Deverá passar a ser em nome da Assembleia, nesse caso.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Então têm que mudar, não podem dizer que é saudação e têm que dizer que é moção, que é proposta ou o que seja, temos que cumprir o Regimento que eu tenho aqui.”

O Sr. António Mestre da CDU:

“Cabe a todos Sra. Presidente, se me é permitido, pode ser a saudação, não em nome só do PSD/CDS, mas da Assembleia.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Calma, são duas coisas diferentes agora, são duas coisas diferentes, a proposta do António Mestre é que seja em nome da Assembleia, reparem eu aceito, mas aqui, quem propõe, propõe, porque senão as anteriores também podiam ser alteradas para ser todas em nome da Assembleia, não é? Pronto, enfim, eu não tenho nenhum mandato para defender a bancada PSD/CDS, eles dirão, mas eu faça esta leitura.

A questão que o José Carlos introduz é outra, e eu de repente, tive uma branca e estou a pedir...”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“É o artigo, décimo primeiro...”

A Sra. Presidente de Mesa:

“As saudações são votadas José Carlos.”

Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Não, peço desculpa, artigo, decimo primeiro c), escrito a proposta de recomendações, pareceres, moções e requerimentos, só estes é que são votados.

É o artigo décimo primeiro, número dois c), os outros não. Posso estar equivocado, mas é uma prática que temos, não votar saudações.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Não temos votado?”

Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Não, habitualmente não votamos saudações.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Não, eu tenho aqui uma notinha aqui no Regulamento, como eu tenho muitas vezes essa dúvida, a nossa funcionária, Lourdes Magalhães anotou aqui e disse; *“as saudações são votadas, aliás, tínhamos aqui uma interpretação que era, propostas votadas, recomendações não votadas, e moções votadas, requerimentos não votados, e saudações votadas”*, mas a Assembleia, nisto é soberana, se me dizem que nós, eu estou com uma branca, se quiserem dar-lhe outro nome, se o PSD/CDS quiser dar um outro nome rapidamente, resolve-se já a dúvida.”

Sr. José Carlos Sousa do PS:

“As saudações às vindimas, nunca foram votadas.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Tem razão.”

Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Teresa, portanto, muda isto para moção...”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Não, não, são votadas são.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

"Não, não, peço desculpa, são saudações, quem faz, falamos sobre elas e pronto, aliás, é fácil se calhar ver numa ata, não sei, peço desculpa por ter metido ainda por cima areia na engrenagem, não tenho nenhuma ata aqui à mão."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Desculpem, os nossos serviços de apoio, nomeadamente da Assembleia, dizem que as saudações têm sido votadas, recomendações não de certeza."

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

"As Saudações têm sido votadas, as recomendações é que não."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Exatamente, as saudações têm sido votadas, as recomendações é que não."

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

"Se for, votamos, não tem problema nenhum."

A Sra. Presidente de Mesa:

"José Carlos, sim, eu penso que nós acabámos por não ser muito felizes na redação do nosso Regulamento, mas efetivamente é a prática que temos tido, estamos a tempo brevemente, de o corrigir se assim o entendermos.

Então vamos manter neste caso a coerência do que tem sido feito, está bem?

Estão de acordo com aquelas notas que eu introduzi, no sentido de irmos a votar todos esta saudação?

Então a Teresa Marta depois confere e naturalmente que se alguém divergir, na próxima Assembleia, o assunto pode vir aqui, se não conseguíssemos cumprir com o que aqui foi determinado.

De forma mais simples, porque parece haver sintonia, vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Período da Ordem do Dia

A Sra. Presidente de Mesa:

" Srs. Membros da Assembleia, passamos imediatamente à informação do Sr. Presidente da Câmara.

Sr. Presidente, eu queria sugerir-lhe que hoje, então, fôssemos ainda mais parcios na nossa informação é possível?"

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Posso tentar Sra. Presidente, mas de facto a introdução até foi reduzida para quatro páginas e meia, já resume muito da Informação Municipal e eu vou tentar.

De facto o período a que reporta o presente documento, foi vivida a dois tempos: uma fase marcada pela retoma de alguma atividade presencial, com reflexos notórios em áreas como a Cultura, a Educação, a Economia Local, e uma nova retração, devido ao confinamento obrigatório decretado em janeiro. De forma transversal, a situação pandémica continuou a marcar a vida do território e da organização, naquele que foi, até à data, o momento mais exigente no que se refere ao aumento do número de casos positivos, no Concelho e na região, com surtos detetados em várias instituições.

Neste contexto, o Município foi um parceiro propositivo e proativo da Autoridade de Saúde Local, planificando e disponibilizando todas as condições logísticas necessárias para alavancar, descentralizar e levar ainda mais longe, e junto dos diversos públicos, as campanhas de vacinação, numa primeira fase, relativa à gripe sazonal, e mais recentemente contra a “COVID-19”. Através de múltiplas visitas técnicas de ações de testagem e vacinação, nas estruturas residenciais ou de iniciativas de sensibilização nos Mercados Mensais e de Produtores ou no comércio local, as equipas municipais têm estado permanentemente no terreno, procurando corresponder aos enormes desafios diários. Noutra dimensão, o Município tem diligenciado, institucional e politicamente, por respostas mais rápidas e critérios mais justos na testagem e vacinação, priorizando, por exemplo, os corpos de Bombeiros/os, funcionárias/os dos lares (mesmo em situação irregular), os próprios Serviços de Apoio Domiciliário e pessoas institucionalizadas portadoras de deficiência.

Mas os efeitos da pandemia não se refletem apenas ao nível da saúde. O aumento do desemprego, a quebra de receitas ou o encerramento de lojas e serviços, provocou nos últimos meses um aumento exponencial das situações de vulnerabilidade e pobreza, que têm exigido do Município e da Rede Social novas soluções e um forte aumento da capacidade de resposta e de meios afetos. Em novembro, a Autarquia efetuou uma nova distribuição do Cabaz Solidário Saudável, composto por produtos à base de carne de aves, para complementar as medidas de apoio alimentar existentes. Esta distribuição, que integrou, também, novos *kits* de máscaras cirúrgicas, abrangeu duzentas e quinze famílias, num total de seiscentos e setenta e seis municípios. O Município tem procurado envolver as empresas do Concelho, com um retorno muito positivo, tendo sido possível encaminhar várias toneladas de bens alimentares para os diversos grupos sociocaritativos. É, também, de referir que, apesar do encerramento das escolas, cerca de duas centenas de alunas/os continuam a beneficiar de refeição escolar.

Internamente, e além de todos os procedimentos que já se tornaram rotina, como a higienização e desinfecção de espaços e equipamentos, reforço de *stocks* de Equipamento de Proteção Individual - (EPI) e sua distribuição, o Município aprofundou o acompanhamento a trabalhadoras/es em isolamento, a medição de temperatura corporal e a aplicação de testes rápidos, com testagem das auxiliares de ação educativa e motoristas de transportes escolares, no início do novo período letivo, bem como de outros grupos de trabalhadoras/es, numa ação de continuidade que se tem aprofundado nos últimos tempos. Na resposta às necessidades das populações e aos diversos agentes de desenvolvimento local, as equipas têm demonstrado uma enorme capacidade de adaptação e, em respeito pelas regras de segurança, tem sido possível manter ou, até, incrementar a atividade, com novos modelos de atendimento, entrega ao domicílio de livros e outros materiais da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, no âmbito do projeto “Biblioteca na sua casa”, a produção e disponibilização de conteúdos culturais acessíveis, on-line, a criação de uma linha telefónica dedicada ao atendimento social, entre outros projetos.

É ainda de salientar, o esforço e dedicação das equipas municipais que asseguraram a realização, sem incidentes, de todo o processo relativo às Eleições Presidenciais, numa enorme operação técnica e logística, que garantiu o voto antecipado em mobilidade e em confinamento e as eleições no dia 24 de janeiro, com desdobramento de seções de voto.

Mas nem só de “COVID-19” se fizeram estes meses de intensa atividade. A requalificação e beneficiação de espaços de trabalho e instalações municipais continuou a ser um dos objetivos da organização. Além da

complexa obra em curso no edifício dos Paços do Concelho no seu Salão Nobre, destacam-se, também, diversas intervenções de melhoria nos Serviços Operacionais, como a reabilitação do pavimento da Oficina Auto, a decorrer, e a beneficiação do espaço de lavagem de viaturas, bem como nas Bibliotecas Municipais de Palmela e de Pinhal Novo.

Aprovou-se o Mapa de Pessoal 2021 e do Orçamento e GOP 2021-25, o Município comprometeu-se a manter a trajetória de reforço de meios humanos e a contribuir para a valorização e evolução das carreiras das/os trabalhadoras/es, afetando os necessários encargos para a alteração do posicionamento remuneratório, quer por via do regime obrigatório, quer, uma vez mais, por via da opção gestonária.

A participação continuou a ser impulsionada a nível interno, com um conjunto de reuniões setoriais e o projeto "Caixa de Ideias", bem como junto da comunidade educativa e das populações, tendo-se realizado a fase final do processo "Eu Participo!" Municípios 2020, que culminou com a apresentação pública de resultados e um balanço muito positivo, quer ao nível da participação registada, a maior de sempre, quer mesmo das faixas da população mais jovem, quer ainda no que respeita ao valor do investimento incluído em GOP, em resultado das votações.

Além do trabalho já mencionado na prevenção e combate à pandemia, no campo da Proteção Civil, foi aprovada a renovação do protocolo relativo ao apoio de funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, bem como a comparticipação ao funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente. Foi, ainda, tornado público o balanço da época de incêndios rurais, onde se destaca uma substancial redução do número de ocorrências e de área ardida no Concelho, quero relembra-vos que o apoio ao GDP e às EPI ultrapassa os quinhentos mil euros.

No que respeita à área da Educação, concluiu-se a substituição de relva sintética no logradouro do Jardim de Infância de Lagameças, que se encontrava também em conclusão, à época da elaboração deste relatório, em fase de conclusão a empreitada de ampliação do refeitório e alteração do recreio coberto do pré-escolar da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo), também já foi adjudicada a remodelação do seu logradouro, e novos equipamentos de jogo e recreio, e teve início a substituição das coberturas em fibrocimento da EB Hermenegildo Capelo (Palmela), com intervenção similar na EB José Maria dos Santos (Pinhal Novo) foram adjudicados, e em curso, e os trabalhos estão a muito bom ritmo. O Município renovou o material didático e mobiliário escolar (salas e refeitório) de vários jardins de infância do Concelho e instalou dois quadros interativos na EB Cabanas. No âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar "Eu conquisto o meu sucesso", decorreram diversas ações de capacitação de docentes e envolvimento parental, foi feita a entrega de equipamento desportivo, livros e material pedagógico a várias escolas e a edição do "Diário de Bordo", um trabalho de alunos participantes neste projeto. Procedeu-se, ainda, à atribuição das Bolsas de Estudo relativas ao presente ano letivo, no valor global de vinte e dois mil e quinhentos euros.

Neste período, desenvolveram-se várias ações também conducentes ao desenho do "Palmela Maior" – Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo Saudável e a Relação entre Gerações 2021-25 e, no quadro de candidaturas ao programa PARES 3.0, o Município aprovou compromissos de apoio a três IPSS, bem como a cedência de um terreno à Fundação COI para a construção de uma estrutura residencial.

A par da conclusão da Estratégia Local de Habitação, que falaremos hoje, o Município entregou as duas últimas habitações municipais na freguesia de Palmela, que encerraram o Concurso Público para atribuição em regime de arrendamento apoiado de fogos do Parque Habitacional Municipal, tendo realizado obras de reabilitação em todas as casas antes da entrega, no valor total de oitenta e três mil euros.

O incentivo à reabilitação urbana é um objetivo estratégico do Município que, neste período, concluiu o processo anual de identificação predial voluntária dos prédios urbanos localizados na área de intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela, para efeitos de minoração da taxa de IMI, promoveu a ação de formação *on-line* "O novo regime da reabilitação de edifícios e frações autónomas", com inscrições esgotadas, e aprovou o projeto de revisão do FIMOC, que trazemos hoje à Assembleia, com o alargamento do leque de apoios a conceder, proposta que vem hoje à Assembleia, como vos disse. Está

concluída a conservação do Chafariz D. Maria I, encontra-se em conclusão a tal fase de impermeabilização, estava também já em conclusão à data da redação deste relatório a requalificação do Largo da Boavista e teve início a primeira fase da requalificação da Capela de S. João, bem como a reabilitação da Capela do Cemitério de Palmela, esta última no valor de cem mil euros.

São muitas as intervenções em curso e, apesar do inverno chuvoso e das várias interrupções, devido a casos de "COVID-19" nas várias empresas e empreitadas, tem sido possível avançar no terreno. No campo das infraestruturas, estão concluídas as empreitadas relativas às áreas envolventes à Praceta do Limpador de Máquinas e do Auxiliar de Trens e às infraestruturas elétricas de ligação ao lote 241, ambas na urbanização Vall Flores (Pinhal Novo) e, nas águas de abastecimento, destacam-se os prolongamentos da rede no Aceiro Principal da Carregueira e na Venda do Alcaide, e a campanha de remodelação de NOS da rede de Pinhal Novo norte, que se reveste de enorme importância para a beneficiação da rede de abastecimento de água, com maior fiabilidade, pressão e caudal de água disponível.

No saneamento, além da Requalificação da Ribeira da Salgueirinha que está a atingir a sua reta final, estão em curso intervenções de vulto, como a empreitada de drenagem e elevação de águas residuais em Lagoa da Palha, a infraestruturização da Lagoinha (2.ª fase) e a drenagem de águas residuais domésticas de Miraventos, Quinta Tomé Dias e Quinta das Asseadas (zona nascente). É ainda de referir, a adjudicação da empreitada de drenagem de águas residuais domésticas de Cajados. Estas quatro empreitadas ultrapassam os dois milhões e cem mil euros.

A beneficiação da rede viária tem sido uma das prioridades deste mandato e, além das muitas obras em curso ou adjudicadas, destaca-se a conclusão das pavimentações da Rua António Roldão (Lau), Rua do Lagar e troço da Rua Florbela Espanca (Volta da Pedra), Rua Fernando Lopes Graça (Lagoinha), Rua Manuel Martins Pitorra (Quinta do Anjo) e da repavimentação das ruas Pedro Álvares Cabral e Diogo Cão (Pinhal Novo), bem como centenas de reparações em betão betuminoso e *tout-venant* nas vias municipais, por administração direta, e a substituição de mais de uma centena de sinais verticais.

Relativamente ao Espaço Público, foi requalificada a Praceta Antero de Quental, no Bairro da Confidente (Pinhal Novo), reabilitou-se o Espaço de Jogo e Recreio do Jardim Ferreira da Costa (Poceirão) e concluiu-se uma intervenção integrada no bairro da Estação de Palmela, que incluiu, entre outras, limpeza de passeios e bermas, substituição de árvores e instalação de equipamentos *multifitness* no logradouro da antiga escola. A requalificação do Largo da Mitra (Pinhal Novo) e da Praceta de Cabo Verde, na urbanização do Outeiro (Palmela) encontram-se a decorrer, e foram realizadas várias ações de limpeza e manutenção de fontes ornamentais, num plano de trabalho de continuidade.

A erradicação de ervas daninhas no espaço público teve particular expressão em Palmela e Pinhal Novo, num período marcado por trabalhos de poda de árvores em todo o Concelho. Apesar da situação de pandemia, foi possível assinalar o Dia da Floresta Autóctone, em segurança, com plantação de árvores por alunas/os da EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), uma ação de formação sobre compostagem e a edição de materiais informativos e de sensibilização. As colónias de gatos do Concelho ganharam um novo abrigo, na Rua António Santos Jorge, em Pinhal Novo. As colónias acompanham o aumento também do número de gatos, apesar das esterilizações.

O Castelo de Palmela continua a ser alvo de especial atenção e, além da intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas que está terminada e da empreitada de criação de percursos acessíveis, ambas na reta final, concluiu-se uma empreitada de composição das coberturas das salas do Espaço de Transmissões Militares e do Serviço Educativo e procedeu-se ao restauro dos janelões da Igreja de Santiago.

A Formação para a Comunidade tem conquistado forte adesão, com propostas adaptadas às necessidades e expectativas de diferentes públicos, Teatro, Sustentabilidade, Turismo Português para Estrangeiras/os. Foi, também possível garantir programas de animação para o público infanto-juvenil, como a peça de teatro original "O Natal no Convento da Arrábida", feito com trabalhadoras/es do município, com audiodescrição e em língua gestual portuguesa, as "Férias a Crescer" no Natal, visitas guiadas ao Presépio Etnográfico.

Do mesmo modo, disponibilizou-se uma oferta cultural variada, marcada por diversas estreias dos grupos de teatro locais, isto teve que ser tudo suspenso a partir de uma determinada altura, mas ainda assim, houve a edição da Semana da Dança, com a "Passos e Compassos", as Janeiras, em formato adaptado, com associações através de vídeo e um espetáculo no Cine-Teatro S. João. Foi também, apresentado o programa "Mural 18", uma candidatura que resulta de uma parceria entre os dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa e que marcará a vida cultural da região nos próximos meses.

A um de novembro o Município inaugurou o Memorial do Arco da Ponte, em Pinhal Novo. Na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo foi concluída a pintura do mural *Ofélia*, de Jorge Charrua, numa iniciativa da revista *FOME*, com o apoio do Município, no âmbito ainda, do programa 2020 do "Março a Partir" – Mês da Juventude. Entretanto, está já em preparação a edição deste ano, tendo-se lançado o concurso para a produção da imagem gráfica e as inscrições para o *Warm Up* "Março a Partir" – Concurso de Bandas. Também para o público juvenil, decorreu um Curso de Formação de Animadores de Campos de Férias.

O desporto tem sido uma das áreas mais afetadas pela pandemia mas, mesmo neste contexto, foi possível realizar uma edição virtual do *Pinhal Novo Night Run*, com setenta e três participantes, e manter, até ao novo confinamento, aulas ao ar livre do programa "Viver Melhor, Viver com Autonomia", cujo novo protocolo de cooperação foi aprovado e foi aprovado também, um Contrato-Programa com a Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros", referente à requalificação das suas instalações desportivas.

No campo da eficiência energética, encontrava-se a decorrer a empreitada de implementação de energias renováveis e sistema de gestão eficiente de energia na Piscina Municipal de Palmela, foi lançado o concurso para implementação do Contrato de Gestão de Eficiência Energética no sistema de iluminação pública do Concelho.

O incremento à economia local e à valorização dos produtos autóctones, também se assume como fator estratégico de resiliência, no contexto atual, e está bem patente no trabalho desenvolvido no período em apreço. Além das obras em curso para requalificação do Mercado de Produtores de Pinhal Novo, a remodelação de interiores da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo e da aquisição de bancas para o Mercado de Produtores de Palmela, o Município promoveu iniciativas de dinamização, que apoiaram produtoras/es, artesãs/ãos e empresas locais. São exemplo as comemorações do S. Martinho, os Mercadinhos de Natal em todas as freguesias, a consolidação e o sucesso do Mercado da Aldeia, em Quinta do Anjo, os Fins de Semana Gastronómicos Especial Natal ou da Fogaça em formato *takeaway*, as campanhas de promoção da restauração local "Viva o Natal no Município de Palmela" – pela primeira vez, descentralizado por todas as freguesias, com animação e motivos de interesse – o lançamento dos projetos "Adote uma Saloia" e "Clube da Saloia", em parceria com a ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida. Para ajudar na reflexão sobre o esperado processo de retoma, o Fórum Turismo decorreu em formato *webinar*, em dois dias, com um painel de oradores internacional, sob o mote "Reinventar o Turismo – Cooperação para o Desenvolvimento".

Um conjunto de técnicas/os municipais participaram no laboratório *on-line* "Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", dinamizado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr, de quem o Município é parceiro, com o objetivo de aprofundar conceitos e integrá-los, cada vez mais, no quotidiano da organização, num momento de múltiplos desafios. O apoio às nossas populações, em situação de vulnerabilidade, e a construção do futuro que desejamos têm de assentar, necessariamente, numa visão estratégica, sólida e de sustentabilidade, e é nesse sentido que o Município continua a afirmar o seu posicionamento na AML – Área Metropolitana de Lisboa e no país e a trabalhar afincadamente, num conjunto de projetos estruturais e candidaturas, de forma a antecipar oportunidades e a canalizar todos os fundos disponíveis para o desenvolvimento do território.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há pedidos de intervenção?

Um pedido de intervenção da Sra. Membro da Assembleia, Ana Elísia, do Partido Socialista, aqui na sala, do Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia, Carlos Oliveira e, portanto, vamos começar pelo Partido Socialista, dou a palavra à Ana Elísia.”

A Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:

“Boa noite, cumprimentar todos os presentes, e todos os que nos assistem na pessoa da Sra. Presidente.

Vou tentar ser rápida e tenho só aqui algumas considerações nalgumas páginas do relatório apresentado. Na página doze, é falado novamente da questão da monitorização da implementação do novo portal de serviços online, já tive oportunidade de fazer algumas intervenções sobre esta matéria, a verdade é que eu sou utilizadora deste tipo de serviços e sou uma utilizadora registada no site da Câmara Municipal, e que continuo a achar que é difícil submeter alguns pedidos e que realmente os pedidos que lá estão, que são passíveis de serem submetidos continuam a ser bastante insuficientes.

Na página treze, em relação às bolsas, peço desculpa não é na página treze mas sim na trinta, peço desculpa, na página trinta estive a fazer uma análise em relação às bolsas de estudo e há uma nota que não existem candidaturas suficientes do ensino secundário e cursos de especialização e, portanto, as bolsas de estudo remanescentes foram atribuídas a candidaturas a alunos do Ensino Superior, nada contra, mas fico na dúvida se efetivamente a divulgação não está a ser de alguma forma deficitária junto dos mais novos para que lhes permita ter informação sobre a questão das Bolsas de Estudo e que, portanto, permita haver um maior número de candidaturas nesta faixa etária, até porque não acredito que não haja realmente alunos no Ensino Secundário que reúnam as condições para atribuição de bolsa, portanto, parece-me que poderá ser, passar por uma melhoria na divulgação junto desta faixa etária.

Em relação depois aqui, até complementando a intervenção da minha colega de bancada a Dulce Marques, analisando os números que apresentam na página trinta e quatro na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, parece que o número de acumulados está errado, que duzentos e cinquenta e cinco, diz respeito ao número transitado do ano de dois mil e dezanove, que era o que tínhamos como referência e que será neste caso o número de acumulado trezentos e cinquenta e sete processos.

Depois na página trinta e cinco, logo a seguir, em relação ao “Cartão Municipal Idade Maior”, eu vi que realmente que o acumulado que aqui diz respeito de dez novas atribuições parece-me um bocadinho insuficiente, até considerando que o Concelho de Palmela até tem bastante população envelhecida, com idade igual ou superior a sessenta anos, não é tão envelhecida assim, e parece-me que, talvez mais uma vez a divulgação e a promoção junto de alguns parceiros seja manifestamente insuficiente, eu tentei procurar alguma informação atualizada e pelo menos não consegui encontrar há pouco tempo, o que tenha sido dado ênfase a esta questão. Também nos parece que, talvez seja a hora de pensar nalgumas alterações mais vantajosas em relação ao “Cartão Municipal Idade Maior” e talvez associar uma comparticipação de medicamentos ou de equipamentos de saúde, adquiridos com receita médica, também para esta faixa etária.

Depois, em relação à questão animal o Sr. Presidente deu aqui algum enfoque em relação à colocação dos abrigos, na medida que também vão crescendo o número de animais, apesar das campanhas de esterilização, portanto, em relação aos abrigos aquilo que eu queria mencionar é que, não podemos só colocar abrigos, temos de começar a pensar depois também, na monitorização desses abrigos, digo isto, porque esses abrigos estão muitas vezes a ser usados para colocação de animais onde as pessoas não sabem onde colocar e realmente crescem, apesar de estabilizarmos as primeiras colónias que aparecem o que acontece é que depois há um crescimento abrupto que as pessoas põem lá animais, não esterilizados e a continuam-se a multiplicar e é realmente importante fazer uma motorização do espaço até, como é que está a ser mantido pelos cuidadores, que alguns não são tão cuidados, em relação ao que colocam lá de comida e etc., e também em relação depois, aos novos animais que vão surgindo.

Só aqui referir também, como o Sr. Presidente ressaltou, que apesar das campanhas de esterilização ainda existem animais a surgir, dando aqui alguns exemplos em relação ao programa de esterilização de animais.

Ainda é manifestamente insuficiente numa altura então que se nota a informação que há na comunicação social, é que, as próprias Associações de Animais deram informação que com o período de pandemia houve um acréscimo de animais abandonados e que é expectável, que com o período de crise como já se passou noutros anos transatos, haja um aumento deste fenómeno, da questão dos animais abandonados e alguns animais dos próprios proprietários que nunca tiveram capacidade ou interesse em esterilizar, portanto, na rua vão-se multiplicar, temos aqui um número referente a dois mil e vinte, de canídeos de trinta e um, e de felinos de cento e oito, não diz aqui, não separa machos e fêmeas, mas temos, por exemplo, Setúbal que apresenta números na grandeza dos trezentos e vinte oito, isto para dar exemplos aqui de concelhos vizinhos, em relação a felinos estou-me a referir até por causa do enfoque que temos feito na questão do Programa CED, e na colocação destes abrigos, e em relação à Moita de duzentos e noventa esterilizações em relação ao ano de dois mil e vinte e, portanto, quando falamos em cento e oito no Município de Palmela, muito sinceramente, ainda parece um número claramente insuficiente e julgo que será necessário começarmos a apostar na questão da estabilização até porque é um dos pontos principais para conseguirmos o controlo da proliferação de animais errantes e, portanto, de conseguimos controlar o número de animais na rua e sem qualquer tipo de cuidados, disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Dou agora a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Obrigado Sra. Presidente, por me dar mais uma vez a palavra.

Há bocado o Sr. Presidente na informação que deu, referiu a questão das pessoas que estiveram nas mesas de voto, e da parte do Bloco de Esquerda nós queremos fazer também dar uma saudação especial a todas estas pessoas que foram em grande número, prestar o seu serviço voluntário nas mesas de voto, para que o ato eleitoral que se realizou no passado mês de janeiro no dia vinte e quatro, se realizasse de uma forma segura para todos/as que quiseram exercer do seu direito de voto. Esta saudação também é extensível aos funcionários da Divisão de Atendimento e Administração Geral, penso que é assim que se diz, também tiveram um trabalho inexcelável na coordenação de todos estes elementos nas mesas de voto.

Referindo-me aqui ao documento que é apresentado da informação da Atividade Municipal, eu queria-me focar na questão dos resíduos sólidos, e na página cinquenta e cinco do documento, vou tecer aqui alguns considerandos em relação ao documento e depois queria deixar aqui uma questão para que o Sr. Presidente me pudesse esclarecer.

Aqui no quadro do número de descargas em aterro, nós vemos aqui, lendo, a referência que foram recolhidas das caixas de seis, e de vinte metros cúbicos, quinhentas e vinte cinco ponto vinte toneladas de resíduos, sendo dezoito ponto trinta e sete toneladas de resíduos verdes para compostagem, e trezentos e vinte e seis ponto quinze toneladas de monos e acrescenta ainda oito ponto sessenta e oito toneladas de resíduos de construção e demolição, e era aqui que eu queria chegar, num concelho tão extenso, que tem uma área tão extensa de mais de quatrocentos e quarenta, se não estou enganado, quilómetros quadrados em que a maior parte da sua extensão é composta por zona rural, rede Ecológica Nacional, rede agrícola nacional, são depositados constantemente de forma ilegal, estes resíduos de construção e obras e pensamos que da parte do município devia de haver uma aposta maior, junto dos munícipes para que estas situações fossem evitadas, o maior investimento em termos de divulgação dos pontos de recolha, e também que houvesse mais pontos de recolha, sei que, por exemplo, neste momento, existe o Centro de Valorização do Pinhal Novo, que é o único ponto onde se recolhem este tipo de materiais e também sei que, o município disponibiliza os BigBags para quem pretenda depositar os resíduos resultantes de construções e obras nesses sacos para depois serem enviados para o Centro de Valorização, ou diretamente para o aterro.

A questão que eu queria deixar aqui, Sr. Presidente, é, quantas toneladas é que foram recolhidas pelo Centro de Valorização de Resíduos de Pinhal Novo, e quantos BigBags é que foram pedidos por parte dos municípios, para este tipo de recolha de materiais.

Querida ainda dizer que deveria ter sido feito um esforço maior, por parte da Câmara Municipal, para que estas situações não se verificassem com tanta frequência, num concelho que é visitado por várias pessoas para a prática de desportos de natureza e que infelizmente a cada passo, nos deparamos com estes cenários tristes que vão denegrindo a imagem do nosso concelho. Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Não vejo outros pedidos de intervenção.

Peço desculpa, há um pedido de intervenção da bancada da CDU, aqui na sala, Sr. Membro da Assembleia Joaquim Pires, por favor, tem a palavra.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

“Boa noite, muito rápido.

Ao ler o documento do resumo de Atividade Municipal e o Relatório do Sr. Presidente, não podemos de deixar, nós bancada da CDU, nos sentir agradavelmente satisfeitos com o volume imenso do trabalho realizado nas várias áreas, um trabalho de qualidade e de quantidade, pondo sempre no sentido da melhoria e o bem-estar dos municípios, da nossa população e, portanto, não poderíamos deixar de tecer uma saudação à equipa, ao executivo e a todos aqueles que, naturalmente, dentro da Câmara e fora da Câmara, mas colaborando, tem contribuído para essa eficiência do trabalho realizado e que a população sabe reconhecer.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Agora sim, mais intervenções?

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que fosse telegráfico.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Com certeza Sra. Presidente.

Das questões da Sra. Membro da Assembleia, Ana Elísia, serviços online, o conjunto de serviços online foi ampliado no final do ano passado, continuamos a trabalhar nesse aspeto e vão melhorar significativamente, tivemos agora nas últimas duas semanas problemas, em que aparecia até problemas de sincronização gerando um ecrã em branco para alguns utilizadores, era um problema da “Medidata”, trabalha com quase todos os municípios, da parte da Península Digital e do “SPD – Setúbal Península Digital” o trabalho também para a utilização da “Chave Móvel Digital”, também está praticamente concluído, temos a convicção de que vai ser muito mais simples operar com os serviços muito em breve, estamos em fase de assinatura dos protocolos por causa da “Chave Móvel Digital”.

Sobre as bolsas de estudo, não houve falta de divulgação, inclusivamente, para além da divulgação genérica que é feita, ela foi feita nas próprias escolas e se houve bolsas ou se houve poucos candidatos, foi sobretudo nos cursos de especialização que já tínhamos visto que alguns cursos desta natureza acabam por ter apoios das próprias entidades formadoras e, portanto, esses alunos acabam por não concorrer ou mesmo que concorressem não podiam ter dois apoios, porque deixavam de ter uma situação socioeconómica desfavorecida para poderem concorrer a essa bolsa e creio que aquilo que fizemos, em Reunião de Câmara ao prever esta possibilidade no regulamento de, se temos trinta bolsas para atribuir

sobrando num dos cursos, devemos redistribuir essas bolsas para onde houve mais solicitações e é, de facto, no acesso ao ensino superior, que tem havido muito mais gente a solicitar apoio financeiro e o acesso às bolsas de estudo.

Os dados da CPCJ, os que aqui estão no relatório, são os que são fornecidos pela CPCJ, eventuais desencontros com outros números que tenham sido apresentadas hoje aqui, são questões efetivamente de outro tipo de balanços.

Nós estamos a fazer a monitorização daquilo que se passa nas colónias de gatos, nos abrigos que vamos montando, sou conhecedor também dos aspetos que a Dra. Ana Elísia aqui também nos trouxe, e os nossos serviços estão hoje, até com outras capacidades de resposta também a esta matéria, apesar destas questões da pandemia. Aproveito para anunciar que temos mais um veterinário, temos hoje já dois veterinários no "CROA - Centro de Recolha Oficial de Animais" e que temos para a esterilização, estão a decorrer já um procedimento e vão ser feitos outros, para esgotar todas as verbas que temos acesso no projeto CED e as verbas próprias da autarquia que ultrapassam os dez mil euros e, portanto, a aceleração da esterilização também tem que ver com circunstâncias, muito específicas, há de facto ainda um conjunto de colónias, sobretudo também nas zonas mais periurbanas e rurais, que não estão sequer identificadas a não ser por nós, quando vamos fazer uma caminhada e nos sai ao caminho uma ninhada de gatinhos novos do meio das silvas e, portanto, há aí muitas situações ainda para, uns podem ser recolhidos pelo CROA, outros são recolhidos pelas pessoas e também há pessoas que, enfim, não podemos obrigar a vir esterilizar os animais, sendo que a Câmara também não quer fazer concorrência aos Centros Veterinários, mas concordo consigo, há aqui muito trabalho a fazer nesta matéria, temos andado a estudar inclusivamente a Sra. Vereadora, a possibilidade de criar aí, para quem tem parques rendimentos e que tenha animais de companhia, apostámos também na oferta da esterilização, não é só quando vêm adotar ao CROA, portanto, estamos sintonizados e esperamos este ano aumentar muito esses números, aliás o próximo Boletim Municipal deve dar nota agora de um conjunto de outras medidas e campanhas e também números bem diferente destes que hoje aqui temos.

A questão colocada pelo Carlos Oliveira, relativamente aos RCD – Resíduos de Construção e Demolição, Sr. Membro da Assembleia, eu não lhe consigo dizer quantos sacões, agora as toneladas que aqui foram entregues diz respeito àquilo que é depositado nas caixas que estão no Centro de Transferência de Pinhal Novo e corresponde àquilo que é recolhido pelo prestador de serviços nos sacões que a Câmara disponibiliza.

Digo-lhe que são cada vez mais as pessoas a recorrerem aos sacões da Câmara, até para quantidades que nós consideramos que deviam alugar era a outras empresas, os contentores grandes metálicos, mas preferem, não sei se sai mais barato adquirir os sacões de um metro cúbico, três ou quatro sacões, já devem ter visto, aquilo já começa a qualquer dia a ser um problema no espaço público aquilo não é recolhido logo na semana seguinte, aquilo às vezes demora alguns dias para recolher, mas há muito mais gente a recorrer, agora que a Câmara deve fazer mais, temos que ter aqui algum bom senso.

Campanhas, placares, sob deposição ilegal de resíduos, cabe a qualquer prestador de serviços, construtor, pequeno, grande, as nossas empreitadas tem plano de gestão de resíduos, é obrigatório, uma obra particular tem planos de gestão de resíduos, mas onde é que o construtor vai despejar os resíduos é na Amarsul, onde nós vamos, mas infelizmente continuamos a ver, pinhais, terrenos particulares, etc., que não estão vedados, invadidos de despejos, eu há uma semana mandei dezenas de fotografias para a fiscalização e inclusivamente a fiscalização está a montar ali uma operação de vigilância permanente àquele espaço, que já há um ano ou dois, que não era fustigado com este tipo de despejos ilegais e agora voltou a aparecer.

Isto há aqui uma questão também, quase de um policiamento, ou de um polícia para cada cidadão, porque a recolha compete ao município fazê-lo, o que o município faz com estas caixas de recolha nos Centros de Transferência, é um apelo para que as pessoas não coloquem, isto é feito para a pessoa, ou para o senhor que mudam os azulejos em casa, ou que substituiu uma sanita e que entendeu ser você a montá-la, ou um lavatório, pode ir entregar ao Centro de Triagem, não é para quem faz vida da construção e que faz demolições, faço-me entender? Este serviço que o município tem é para evitar que as pessoas deixem num saco, ou que metam dentro do contentor, porque há quem meta dentro do contentor, latões cheios de gatos.

De resto, o serviço de entregas de RCD – Resíduos de Construção e Demolição, é uma obrigação legal num plano de gestão de resíduos que qualquer pessoa faça uma obra que tem que fazer, o que é que nós podemos fazer mais? Fiscalização, e é pedir a alguns proprietários que vedassem os seus terrenos para depois não se queixarem, depois multamos os proprietários dos terrenos também, quando encontramos lá os terrenos por limpar.

Nós temos de procurar, primeiro disponibilizar estes sacões a um preço que já sabemos que é muito competitivo relativamente às empresas que fornecem os contentores de recolha e o recurso aos sacões é cada vez maior, e esta questão das obras particulares é uma questão de cidadania e bom senso, e isto da pandemia, de facto, afeta tudo, não é só a saúde, é os comportamentos, as coisas estão de facto, estamos a sentir, muitos comportamentos de novo incorretos e desviantes, por parte de gente que em desespero quer se desfazer das coisas, não quer gastar dinheiro nas entregas, as coisas estão a ficar de novo um bocadinho complicadas e isto é um barómetro que depois tem aqui outros reflexos noutros comportamentos também.

Estamos a procurar fazer o melhor nesta matéria, mas sem nos substituímos aos particulares, senão qualquer dia, estamos a pagar os resíduos, que uma pessoa quando contrata uma obra, paga esse trabalho e essa entrega de resíduos, pelo menos nós pagamos, e o que os construtores têm que fazer é entregar na Amarsul, sem prejuízo dos apoios que a Câmara já disponibiliza, é o que posso dizer, neste momento sobre a matéria, mas que é preocupante.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sim, Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta.”

A Sra. Teresa Marta do PPD/PSD.CDS-PP:

“Sra. Presidente, permite-me só quinze segundos? Eu estive a ver nos documentos que recebi quando foi convocada a reunião da CPCJ, na modalidade da Comissão Alargada, e os duzentos e cinquenta e cinco processos, referidos aqui, foram os processos que foram transitados do ano de dois mil e dezanove, juntando depois os processos que estão ativos neste momento e quando referi o número de trezentos e oitenta e nove, são os processos ativos neste momento, sendo que transitaram do ano passado que, entretanto foram fechados por outras razões, transitaram para outras CPCJ, esses duzentos e cinquenta e cinco, é só para dar essa referência.

São coisas diferentes, uns foram os transitados outros são os que estão ativos neste momento, os que estão a atingir, neste momento, já foram descontados muitos que transitaram e que, entretanto, ou foram resolvidos, ou fechados, ou os menores deixaram de ser menores, etc., etc. Obrigada.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, permite-me só um comentário?”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sim, Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Não há qualquer problema ou desencontro, prevê desencontro nestes números, este é um relatório de um período de um de novembro a trinta e um de janeiro, é bom não esquecermos isto, e é normal que haja aqui algum desencontro nos números, quando formos ver, por exemplo a conta de gerência em abril, já

temos os números do ano, aí podemos tirar as teimas se os números que tínhamos depois batem certo ou não, naquele ano.

Agora, isto quanto à esta transferência de ano e o relatório diz respeito apenas a três meses, novembro, dezembro e janeiro, e como há passagem de ano é normal, não há aqui qualquer desentendimento sobre a matéria, estou apenas a referir que os números que aqui estão, não são trabalhados pela Câmara, são fornecidos pela CPCJ, e portanto nós limitamos a coloca-los aqui, é só o que lhe estou a querer dizer, mais nada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sr. Presidente obrigada.

Se não é um pedido de intervenção, peço à Sra. Membro da Assembleia, Dulce Marques que desligue o micro.

Pergunto se há mais algum pedido de intervenção?

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto, tem que ser muito rápido, é meia-noite e dez.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Não vamos aqui tecer mais considerandos, mas uma coisa é clara, de há vários anos, a esta parte, independentemente, não estou a dizer que será a responsabilidade da Câmara, mas a CPCJ de Palmela não funciona, é preciso pô-la a funcionar, eu tenho conhecimento de várias CPCJ em redor deste concelho, onde até conheço algumas professoras que fazem parte da CPCJ, mormente do Seixal, de Lisboa e as Comissões estão a funcionar.

Há aqui qualquer coisa, o próprio PS se calhar, pode dar uma ajudinha, através da Segurança Social, tem que se colocar a CPCJ de Palmela a funcionar, há vários anos que este problema se persiste, ou então acabem com isso, é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Está pedida uma reunião da respetiva Comissão, com pedido que seja convidada a CPCJ a participar, portanto, voltaremos a este assunto mais à frente.

Srs. Membros da Assembleia, vamos fechar o primeiro ponto da ordem de trabalhos e passamos ao ponto número dois, pergunto ao Sr. Presidente, se quer introduzir rapidamente a questão da 1ª Alteração ao Orçamento.”

PONTO DOIS – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025

O Sr. Presidente da Câmara:

“Apenas as grandes rubricas e os grandes números, trata-se da 1ª Alteração Modificativa que dantes chamávamos revisão, pretende-se proceder à inscrição do saldo de gerência de dois mil e vinte, para não só dotar rubricas que se encontravam com verba a definir, repor verbas que já foram utilizadas numa alteração permutativa realizada no início do ano, efetuar ajustamentos, reforçar rúbricas e ações no âmbito do combate à pandemia “COVID-19”.

Na receita procedeu-se à inclusão do saldo de gerência, como vos disse de dez milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta e três virgula cinquenta e sete, e recorde-se que o saldo de gerência de dois mil e vinte foi fixado através da aprovação pela Câmara Municipal do “Mapa de Fluxos de Caixa” em reunião realizada no pretérito dia três de fevereiro.

Efetuiu-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento Geral de Estado para dois mil e vinte e um, não pudemos inscrevê-las logo em sede de aprovação do orçamento no final do ano passado, ele só foi publicado à posteriori, mas previa-se de facto, aqui um aumento das transferências no valor de quatrocentos e doze mil seiscentos e setenta euros.

Efetuiu-se o reforço da rubrica de passivos financeiros, relativo ao empréstimo de médio e longo prazo, que também foi aprovado por esta Assembleia, à Caixa de Crédito Agrícola no valor três milhões cento e doze mil euros, que se destina na íntegra a várias intervenções na Rede Viária Municipal.

Efetuiu-se a anulação do valor de um milhão, cento e oitenta e um mil, oitocentos e nove euros, na rubrica de transferências de capital, ajustando o valor da comparticipação da Regularização da Ribeira da Salgueirinha, em virtude deste montante ter sido transferido na totalidade no final de dois mil e vinte, ou seja, nós estamos a pensar como habitualmente estas transferências destas candidaturas vêm a medida que vai havendo autos e que vai havendo pagamentos na obra, mas o Governo entendeu nesta matéria e depois de ter visitado a obra, que valia a pena fazer a transferência já do total da comparticipação do Fundo Ambiental ainda no orçamento de dois mil e vinte, o que faz com que isto no saldo, seja ainda maior.

Em suma, na despesa, pois o que é que fizemos, há aqui um reforço de oito vírgula seis milhões de euros, sobretudo no conjunto de verbas que estavam a definir, tínhamos lá, temos as ações identificadas no orçamento e no plano, mas estava muita verba a definir, este valor inclui ainda a reposição das verbas do orçamento inicial, que estavam suborçamentadas, nomeadamente horas extraordinárias, encargos com saúde, encargos de cobrança de receita, e outras despesas, nomeadamente o pagamento aos sistemas Multimunicipal, Amarsul, etc., que ainda por cima, com estas más notícias da TGR - Taxa de Gestão de Resíduos, imaginem, para terem uma ideia só de TGR -Taxa de Gestão de Resíduos, nós vamos pagar mais de seiscentos mil euros, estamos agora a dotar o orçamento aproveitando o saldo, enfim, eu até gostava de ter o saldo para outras coisas, mas o saldo está praticamente todo comprometido.

Depois, estes reforços são feitos por diversas rubricas, não vou aqui escarpelizar muitas delas, há também a reposição das tais verbas que foram utilizadas na "1ª Alteração Permutativa ao Orçamento", que é uma operação em sede da Reunião de Câmara e que mereceu a aprovação unânime, resulta num reforço de quinhentos e oitenta e um mil euros.

As tais obras do empréstimo de médio e longo prazo que ficaram com os três vírgula um milhões, para a Rede Viária, depois as Grandes Opções do Plano, que tinham uma dotação atual definida de trinta e um vírgula três milhões de euros, passam após a aprovação desta Alteração Modificativa a dispor de uma dotação no valor de, quarenta e três vírgula seis milhões.

As principais alterações temos aqui nas instalações municipais, mais cento e cinquenta e oito mil euros para intervenções em diversas instalações, serviços, materiais de apoio à manutenção de edifícios, limpeza de instalações, aquisição de equipamento de ar condicionado, a inclusão de uma nova ação, "Aquisição de Máquinas e Viaturas" no projeto "Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas", isto tem que ver sobretudo com uma candidatura, recém entregue ao "POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos," para duas viaturas de recolha de resíduos a gás e que tem que ver precisamente com uma candidatura para recolha de bioresíduos ora, os biorresíduos sendo recolhidos separadamente, tem como objetivo esta recolha triada e separada, anular a deposição em aterro para se pagar menos de TGR - Taxa de Gestão de Resíduos, só que, isto não chega, o que devia ter sido efetivamente feito, era a anulada esta pretensão do Governo, do Ministério do Ambiente e da própria Entidade Reguladora, de penalizar enquanto não houver condições para efetivamente se discutir esta questão dos aterros, o que fazia a própria recolha por aí fora.

Voltando à questão máquinas e viaturas, está explicado esta nova rubrica, porque as outras já lá tem muitas verbas para reparações, para aquisições em leasing, etc., reforço da dotação da ação "Pria - Percursos em Rede na Inclusão Ativa" mas este reforço tem que ver sobretudo com o facto da viatura médico-social que adjudicámos ao ano passado, ainda não ter sido entregue, é uma viatura transformada, veio de França, foi visitada esta semana por técnicos, nossos, em Vila Nova de Gaia, parece que está no bom caminho dentro de poucas semanas, teremos cá a viatura e, portanto, como não foi pago no ano passado, este dinheiro sessenta e sete mil e cem euros, passou tudo para este ano,

Como vos disse, reforço dos "Serviços Prestados pela Empresa Municipal" mais novecentos mil euros, temos mais gente ligada, a esgotos, felizmente, também pagamos, mais ao metro cúbico e, portanto, para além de repor dinheiro, que foi suborçamentado, no orçamento inicial, estamos aqui a acrescentar, porque temos a média da faturação e sabemos que vamos ter que pagar muito, e não queremos ficar a dever.

Reforço de diversas ações, no projeto de "Rede de Esgotos" na "Regularização da Ribeira da Salgueirinha", a transferência de verba, daquilo que não se pagou o ano passado, para pagar este ano, "Furos de Captação e Estações de Tratamento", "Ramais de Energia Elétrica", há aqui mais cento e doze mil e oitocentos euros, para várias intervenções, Bombas reparações, modulações, reforço das dotações também da "Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos" com mais quinhentos e trinta mil euros, não só para o lançamento de procedimentos, que tem que ver também com o "Porta à Porta", mas também, por causa do aumento dos serviços prestados pela Amarsul.

Algumas obras em que há autos que se transferem de um ano para o outro, e que não tiveram o desenvolvimento desejável, apesar de terem sido lançadas o ano passado, "Largo da Mitra" por exemplo, mais sessenta e cinco mil euros, a "Requalificação do Cemitério de Palmela", mais sessenta e nove mil, foi uma obra que inicialmente estava estimado em sessenta e tal, custou cem mil, "Desenho de peças em 3D" para o projeto de "Arqueologia", "Construção e Beneficiação de Espaços de Jogo e Polidesportivos", temos sobretudo aqui um reforço de cinquenta mil euros, para os "Balneários do Polidesportivo" do Bairro Alentejano, está pronto a lançar, quarenta e quatro mil e quinhentos euros é a verba que transita para a continuação da "Requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão", que já parou por duas vezes por "COVID-19", mas a obra já está a mexer outra vez, o reforço da de ação de "Iluminação Pública-Consumo", como sabem foi feito um procedimento através duma modalidade de poupanças, nos consumos e respetivos pagamentos, mas, enquanto esse procedimento não estiver adjudicado, temos que contar ainda com dinheiro, porque inicialmente foi tirado por causa do procedimento com dinheiro para pagar os consumos de pelo menos deste primeiro trimestre, à EDP.

Foi incluído numa nova ação "Pavimentação da Rua da Quinta da Várzea, em Quinta do Anjo", que não é nova, mas é nova no orçamento deste ano, porque estimava-se que a obra ficasse concluída o ano passado e não a metemos quando aprovámos o orçamento para dois mil e vinte e um, mas como a obra teve ali parada, afinal, vamos precisar do dinheiro para acabar de pagar a obra este ano.

Reforço da dotação da ação "Instalação de Postos de Carregamento de Veículos Elétricos (PCVE)", apesar termos aí alguns postes, oferecidos, só os ramais de ligação, certificações, baixadas, etc., custa cinquenta e quatro mil euros para podermos depois, ter aqui uma rede com postos em todas as freguesias, ainda só temos um em Palmela, a inclusão de uma nova ação foi aberta apenas com valor simbólico para depois, vemos o que é que fazemos no futuro que é o "Plano Municipal de Acessibilidades de Palmela" que já existe, mas queremos atualizá-lo e teremos que adjudicar estudos em breve.

Para além destes principais reforços, também se fizeram anulações no valor de trezentos e cinquenta e nove mil e sessenta e cinco euros, decorrentes no essencial de alterações de programação, o total do orçamento após esta 1ª Alteração Modificativa, entenda-se revisão, vai cifrar-se nos sessenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro, zero noventa e nove vírgula cinquenta e sete, e representa um acréscimo de vinte e três vírgula cinquenta e seis por cento relativamente ao orçamento inicial, enfim, as restantes questões mais técnicas, ficava por aqui e fico ao dispor."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Sr. Presidente já deu muito na informação que consta e caracteriza, pergunto se há alguma intervenção?

Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu fiquei, aliás, nós na Sessão de Câmara, fizemos uma intervenção muito breve e curta, sobre esta Alteração Modificativa ao Orçamento, não quisemos consubstanciar muito, até porque o voto se mantém, enquanto abstenção e, portanto, entendemos que aquilo que tínhamos dito muito antes muito genericamente hoje aqui no presente.

Todavia, há um aspeto que me parece que tem aqui que trazer à liça claramente, no dia vinte de novembro, no âmbito do direito da oposição, reuniram todos os líderes de bancada com o município, Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, na Biblioteca em Palmela e no dia dezassete de dezembro, votamos na Assembleia Municipal, o orçamento para o ano de dois mil e vinte e um.

O que é que se passou, entretanto, passou-se entretanto que aquilo que nos foi apresentado foi um saldo de gerência para o ano de dois mil e vinte e um, nove ponto três milhões de euros, aparece hoje aqui com dez ponto cinco milhões de euros.

Eu já percebi de onde vem o dinheiro, a grande questão é que a proposta não menciona sequer, e portanto, eu acho que, por uma questão de transparência, de lealdade política, haveria no mínimo que a proposta ter algo que dissesse, *"bem naquela altura em novembro as coisas estavam desta forma, em dezembro, mantiveram-se, mas depois aconteceu algo que nos fez transitar para o ano seguinte, dez milhões ponto cinco de euros"*.

Há aqui um aumento no saldo transitado de mais de onze por cento, em relação àquilo que nos havia sido dito, e eu tive realmente alguma dificuldade em perceber de onde isto vinha, fui ver a proposta, fui ver todos os papéis que entretanto tinham chegado e cheguei lá, mas, efetivamente parece-me que teria que haver alguma lisura maior, em relação a tudo isto até porque, no âmbito do direito à oposição quando nós fomos chamados, havia uma perspetiva que não quer dizer que não se altere, mas penso da mesma maneira tem que ser informada esta alteração que entretanto, se verificou e que transforma este orçamento, eu não tenho os números todos, mas conheço muitos orçamentos de há muitos anos, e estes, sessenta e sete milhões de euros é sem medo de errar, que é o maior orçamento que a Câmara de Palmela, alguma vez teve.

No tempo da Sra. Presidente Ana Teresa Vicente, havia orçamentos na ordem dos sessenta, sessenta e um, sessenta e dois milhões de euros, mas nunca chegámos a este valor, sabemos como chegamos com um empréstimo bancário de três ponto um milhões, chegamos com os dinheiros do Orçamento de Estado mais quatrocentos e doze mil euros, chegamos essencialmente, com estes dez ponto cinco milhões que transitaram do ano anterior, eu não diria que transitaram do ano anterior, transitam do início do mandato.

Portanto, é perspetiva da obra final, agora, Sr. Presidente, a pergunta é muito simples, o que é que o senhor vai fazer com sessenta e oito milhões de euros? Ou dito de outra forma, o que é que o senhor não vai fazer por com os sessenta e oito milhões de euros? E esta é a grande dificuldade que se lhe põe neste momento.

Eu penso que há aqui alguns aspetos, que poderão efetivamente ser colmatados, não podemos estar sempre a dizer que é o Tribunal de Contas que não deixa, que é o "COVID-19" que para a obra, que as são as empresas não concorrem, enfim, uma série de coisas, porque isso há no país todo, fiquei feliz por ouvi-lo dizer hoje aqui que estamos na reta final da Vala da Salgueirinha, nasceu uma pista de kayak muito próximo de minha casa e, portanto, penso rapidamente compra um kayak para poder começar a fazer desporto na Ribeira da Salgueirinha e, portanto, agora vazou ligeiramente, mas tem uma pista fantástica, tudo caído entretanto com as ultimas chuvadas e tenho alguma dúvida, permitam-me que a tenha, da concretização desta obra no prazo que estava previsto, o prazo que estava previsto, não será, mas pode ter sempre uma derrapagem, mas é aquela derrapagem possível, para uma obra deste tipo que têm aquelas dezasseis obras de arte, mas que sempre teve as mesmas dezasseis obras de arte desde o início, não apareceu nenhuma, entretanto.

Depois há aqui uma nota que gostava de deixar, só por deixar, tem a ver com a falta de critério que a proposta apresenta, nomeadamente naquilo que são as Alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, reparem, é dito, e está escrito, funções sociais, por exemplo, "Ramais de Energia Elétrica", sabem quanto é que isto é incorporado? Cinco mil euros, reforço na dotação de ação "Instalação do Postos de Carregamento de Veículos Elétricos" que o Sr. Presidente acabou de falar em cinquenta e quatro mil euros,

não, o reforço são cinco mil euros, agora não percebendo porquê o “Plano Municipal para a Igualdade de Género” que também tem cinco mil euros de reforço não é colocado aqui, é inferior a estas duas obras? É um plano, e não entra? Não se percebe efetivamente o critério que está subjacente aqui a toda esta apresentação e, portanto, é um orçamento imenso e eu faço todos os votos, para que o município consiga concretizar estes sessenta e sete milhões de euros, naquilo que seja a melhoria das condições de vida dos municípios de Palmela, coisa que, nos últimos três anos, o município não conseguiu fazer.

Era só Sra. Presidente, obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia, quem mais deseja intervir? Sim.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Sra. Presidente deixe-me só acrescentar aqui uma nota, porque fiz aqui uma conta, o Sr. Presidente de Câmara disse que ia com a “TGR - Taxa de Gestão de Resíduos”, gastar seiscentos mil euros, eu posso-lhe dizer que, em função desta apreciação parlamentar que há pouco referi, vai poupar cento e cinquenta mil, pode ser que canalizem para outro lado qualquer, porquê? Porque onze por cento só, até trinta de junho e, portanto, tem seis meses a onze por cento e fez as contas com certeza a vinte e dois.

Era só, muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Vejo que tenho um pedido de intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.”

O Sr. António Mestre da CDU:

“Só duas breves notas, sobre o que é uma revisão orçamental. No nosso caso uma revisão orçamental possibilita-nos cumprir aquilo que nos comprometemos com as populações, e neste caso particular, fico agradavelmente honrado em poder participar e assistir a esta revisão que no caso, por exemplo, de Quinta do Anjo, consubstancia alguns investimentos que aguardávamos que pudessem vir a ser concretizados e que estão a ser concretizados, e alguns deles de cariz inovador. Eu acho que todos lemos o documento, cada um fá-lo da sua maneira, mas os números estão lá, nomeadamente na página sete do Plano Plurianual é com muito agrado que vejo a criação de um reforço para a criação do “Parque Animal”, que permitirá a criação do Parque Canino em Quinta do Anjo, é igualmente de salientar que o compromisso que tínhamos com as populações, referente à construção dos Balneários do Bairro Alentejano, se vá concretizar, eu não tenho tanta descrença como o colega, José Carlos. Também não tenho a versão do kayak da Ribeira da Salgueirinha, aliás, eu presumo que há uma fixação com a navegabilidade da Vala da Salgueirinha, que já estive num programa eleitoral do Partido Socialista, criar um canal navegável, portanto, deve de ser a continuidade do processo neste momento, mas fico particularmente contente, por exemplo, de instalarmos mais um equipamento de serviço à população, no sobral da Quinta do Anjo com a criação da Pista Check-up, que vai ser um elemento auxiliar à nossa população, quer em termos de práticas de saúde, quer também em termos de prática desportiva, portanto, quando uma revisão orçamental, chega com um orçamento de sessenta e sete mil euros, a este grau de concretização, eu só tenho a desejar ao executivo municipal, muita força, porque, falar é fácil, mas concretizar na prática processos desta natureza que todos sabemos o tempo que demoram a ser concretizados é um desafio enorme e cá estaremos todos para apoiar essa concretização. Era só isso.”

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também.

Agora sim, não vejo mais nenhum pedido de intervenção e peço ao Sr. Presidente da Câmara então que..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza, Sra. Presidente muito sucintamente.

A diferença do valor do saldo, pois bem, quando começámos a discutir com a oposição ao abrigo da lei do direito da oposição, nós estimamos muito bem o saldo, não íamos adivinhar é que o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, ao invés daquilo, que sempre faz, que é, não tendo a obra tido conclusão até trinta e um de dezembro, faria uma portaria de extensão de encargos, entendeu, porque até estiveram no terreno no final do ano, viram o andamento da obra congratularam-se com a ousadia da mesma, e o Sr. Ministro entendeu para não fazer mais nenhuma portaria de extensão de encargos, autorizar a Agência Portuguesa do Ambiente, em dezembro, mandaram dinheiro que, nós não estávamos à espera, isso está aqui, é transparente Sr. Membro da Assembleia, está aqui na proposta, diz; *"efetuou-se a anulação do valor de um milhão, cento e oitenta e um mil oitocentos e nove"*, efetuou-se a anulação onde? No orçamento de dois mil e vinte e um, porque nós estávamos a pensar receber isto em dois mil e vinte e um, para pagar em dois mil e vinte e um, isto é transparente, estava para dois mil e vinte e um, tínhamos que gastar este dinheiro, mas o Sr. Ministro, como não fez a portaria de extensão de encargos, deu autorização ao Fundo Ambiental para entregar o dia todo antes do final do ano.

Nós não estamos à espera, portanto, não tinha necessidade nenhuma de omitir se soubesse que íamos ter este saldo e sabemos, ainda por cima, que ele está comprometido com uma obra, portanto, não há aqui nada escondido.

Sobre a Ribeira da Salgueirinha, se vai estar, ou não vai estar pronta a horas, o prazo de execução da obra é até junho, obviamente que nós no dia-a-dia temos consciência de vários constrangimentos, nós, por exemplo, já eramos para ter entrado há um mês no atravessamento da EN/252 e as Infraestruturas de Portugal, que já tinha aprovado o projeto, etc., agora quer um protocolo de uma obra que lhe compete a ela fazer, porque aquela parte até, está definido que competia às Infraestruturas de Portugal fazer, na estrada, no atravessamento e que depois compensaria à Câmara, nós arranjámos financiamento do Fundamental Ambiental, para sermos nós a fazer e agora andam como as questões jurídicas de um protocolo, nós estamos nisto à espera desde o dia seis de janeiro, para entrar naquela zona.

Mas atenção, volto a dizer a Ribeira da Salgueirinha tem cinco quilómetros e meio, que estão a ser feitos atravessamentos noutros sítios, desde a Lagoa da Brejoeira até ao Vale do Alecrim. Obviamente, há ali ainda muita coisa a fazer e, enfim, se continuarmos a ter alguns acidentes desta natureza é evidente que poderá haver atrasos, mas eu preocupo-me pouco com os atrasos, não estou preocupado com nenhuma inauguração de pistas de kayak, interessa é que esta obra durante quarenta anos, nenhum Governo a fez e o município assumindo e coresponsabilizando-se e pagando uma obra que compete à Administração Central, estamos a pagar quinze por cento do valor daquela obra, tem extenuado os seus serviços, porque isto quando fazemos obras em substituição da Administração Central, seja o do amianto, seja outra coisa qualquer, os nossos serviços não estão a desenvolver trabalho, e a fiscalizar outras obras, e a corrigi projetos, e a lançar empreitadas de outras obras que fazem parte do nosso plano de mandato e, portanto, esta atitude política acho que é também de assumirmos responsabilidades, de fazer obras estruturantes e que temos tido mérito de conseguir candidaturas, de encontrar os financiamentos, de levar à Administração Central a acreditar na nossa capacidade de fazer, é que tem que ser aqui, ressalvada.

Eu não sei onde é que o senhor foi ver os cinco mil euros, mas está aqui no orçamento, aliás, está dotado com sessenta mil euros, esta questão dos reforços, é evidente que eu aqui falo num valor se não estou em erro, pareceu-me ter referido não um valor de sessenta mil euros certos, mas de cinquenta e quatro se não estou em erro, mais cinquenta e quatro mil euros, mas é para juntar aos outros que já lá estão, portanto, depois no total a rubrica dá sessenta mil euros.

“Plano de Igualdade de Género”, não vale a pena estarmos aqui com falácias a fazer comparações, os cinco mil euros do “Plano de Igualdade de Género”, é para pagar os serviços da concretização do plano, já foi feito o diagnóstico, já enviámos o relatório desta fase inicial, agora a adjudicação de serviços prevê mais cinco mil euros para a empresa fazer a redação final do Plano e o Plano não se mede pelo valor intrínseco da adjudicação de serviço, o Plano, tem que ver com ações que já estão no terreno, muitas outras sim, e essas algumas nem precisam de ter um orçamento específico dito “Plano Municipal de Igualdade de Género” que agora é também de “Género e de não Discriminação”, portanto, olhe, até aproveito para comentar que vi recentemente a revisão a um Plano de um município que se vangloriou de ter sido o primeiro a fazer, e que na Revisão do Plano, está a pôr coisas que nós, que não temos o plano formalmente feito, já fazemos há uma série de anos, portanto, o plano não se mede pelo valor que está em orçamento, porque há muito trabalho feito nesta matéria.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, obviamente, este é um orçamento de fecho de um ciclo de mandato, mas é um orçamento que perspectiva muito trabalho que vai ter continuidade nos anos seguintes, há aqui obras que são obras bienais, que vão terminar em dois mil e vinte e dois e temos aqui objetivos estratégicos neste Plano que vão ter repercussão nos anos seguintes, tal como um documento que iremos aqui aprovar daqui a pouco, e só não pudemos perspectiva-los nas GOP porque deixou de ser possível estarmos aqui a fazer contas em vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro, com um orçamento que não sabemos qual vai ser, eu estaria preocupado, não é, se vai sobrar dinheiro e se vamos conseguir executar tudo, é evidente que nós queremos executar o máximo para a satisfação das nossas populações e gostávamos de andar todos muito mais depressa e garanto-vos que as dificuldades que temos assistido e que eu, às vezes aqui aduzo no lançamento e na execução de algumas empreitadas, só quem não está minimamente na área e envolvido nestas coisas é que não tem noção disso, ou então falar com outros autarcas e quando quiser comparar, vamos comparar os graus de execução com outras autarquias da AML – Área Metropolitana de Lisboa, que até é um território que ainda por cima é tão díspar nos indicadores de desenvolvimento que, enfim, estarmos num grupo de primeira linha e de Liga Europa não é fácil competir e nós estamos acima da média da execução, ou melhor da execução média da AML – Área Metropolitana de Lisboa, em matéria de execução de plano e de investimentos.

Para terminar, eu estou preocupado, não é se a TGR-Taxa de Gestão de Resíduos, vai até baixar um bocadinho ou não, garanto-lhe que vai continuar a aumentar, isso é que é preocupante, é que não falámos aqui, por exemplo que a deposição em aterro com esta história de estarmos presos, à Amarsul e de V. Exas., não terem apoiado uma decisão logo após a saída da Troika, que deixaram privatizar a outra componente da Amarsul, em vez de a manter na esfera do Estado para que o Estado fosse parceiro dos municípios, com o acionista privado, a Amarsul hoje está sistematicamente a aumentar a tarifa e nós vamos pagar mais dez vírgula qualquer coisa por cento de tarifa de deposição de resíduos, não é só a TGR-Taxa de Gestão de Resíduos, que vai aumentar, eu estou preocupado é com a arrecadação de receita, é quando o município tem estado a dar um conjunto de isenções, de reduções, de pequenos sinais às PME, às famílias na água, aqui e agora vamos isentar a publicidade, vamos isentar os toldos, é que isso tudo, isso tudo, vai representar no final do ano, se calhar, menos um milhão ou dois na nossa receita, e isto para não falar, enfim, dos atrasos dos pagamentos.

O Sr. Diretor da Administração e Finanças, entrou-me pelo Gabinete a dentro este mês, porque nunca tinha tido um mês de execução de impostos tão baixo na área do IMI e de outros impostos, com a exceção do IMT que continua ali a ter assim uns meses atípicos, pois é, é que vai começar a haver de novo pagamentos em atraso de muitas responsabilidades, das nossas empresas, dos nossos munícipes, e não havendo receita, não há impostos, não havendo impostos, não há receita para o Serviço Público poder funcionar e, portanto, eu estou preocupado, mas espero que não seja por falta de dinheiro que não se façam obras, é se com aquilo que ainda está por se sentir e para vir, nós teremos condições para fazer um orçamento para dois mil e vinte e dois, é que para o ano é que vamos ver como é que os orçamentos são feitos, a não ser que venha aí a bazuca que vai resolver isto tudo, quando eu tenho muitas dúvidas, porque a bazuca pode é levar os municípios a terem de se endividar mais, era bom que o dinheiro viesse todo a fundo perdido.

Acho que temos um orçamento que dá cumprimento às Grandes Opções programáticas do mandato e que felizmente, a esmagadora maioria delas até contou com a votação dos partidos da oposição em Reunião de Câmara, para grandes obras, e grandes projetos estratégicos, que temos vindo a implementar. Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Há um pedido de intervenção ainda do Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa?”

O Sr. José Carlos Sousa:

“Peço desculpa pelo adiantado da hora, mas tenho que fazer aqui claramente esta nota, o seu Diretor da Administração e Finanças, pode ter entrado pelo Gabinete do Sr. Presidente de Câmara a dentro, mas não foi, com certeza pelo mês de janeiro, porque as receitas em janeiro, apresentadas na página noventa e três da Informação Municipal, referem que houve um crescimento das receitas, quer do IMI, quer do dia IMT, quer do Imposto Único de Circulação, e que o valor global em janeiro de dois mil e vinte era três ponto um as receitas e em janeiro de dois mil e vinte e um, foi de três ponto seis, é só esta pequena nota que eu gostava de deixar aqui, porque nós não podemos fazer este papel com estes números, a receita cresceu a este nível.

Era só, Sra. Presidente, muito obrigado.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Posso só fazer uma explicaçãozinha Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sim, Sr. Presidente, se for muito breve.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente uma ligeira explicação.

Foi em janeiro, foi Sr. Membro José Carlos Sousa, eu vou-lhes explicar porquê, é porque nós sabemos no mês anterior aquilo que aparece lá no Portal da Autoridade Tributária, para recebermos no mês seguinte e, portanto, aquilo que também que aí está, refere-se a informação que tivemos em dezembro, portanto, e só para lhe dar esta explicação técnica, não há aqui, da minha parte nenhuma intenção de faltar à verdade ou de confundir as coisas.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sim senhor, muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU e com dezasseis abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Vamos ao ponto seguinte Sr. Presidente.”

PONTO TRÊS – Adesão do Município de Palmela a sócio da Associação Ibérica de História Militar

O Sr. Presidente da Câmara:

“É muito simples, e sinteticamente trata-se da proposta de Adesão do Município de Palmela a sócio da Associação Ibérica de História Militar, uma reconhecida associação, criada em Coimbra, que reúne especialistas e que organiza várias reuniões científicas sobre esta temática e estimula projetos de investigação e publicações, com outras associações congéneres nacionais ou estrangeiras.

Como é sabido, o município tem também um património de trabalho, de investigação, de organização de seminários, sobre edificações castrenses sob ordens militares, etc., etc., e a nossa adesão como sócio coletivo a esta associação trás, benefícios para o município, primeiro, porque está junto dos melhores investigadores, tem sempre possibilidade de ter também o concurso, a contribuição de um conjunto de participantes desta associação nos seus seminários, nas suas iniciativas do género e, portanto, o município tem, digamos, o perfil ideal até para ser associado desta associação.

Tem uma joia simbólica de cem euros, e uma cotização anual do valor de oitenta euros, eu creio que fazemos parte desta rede é fundamental. Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões?

Pedido de intervenção do PSD/CDS, a quem dou a palavra aqui na sala, Sr. Membro da Assembleia Colin Marques.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Nós saudamos esta adesão do município, à “Associação Ibérica de História Militar”, acho que tem tudo a ver, foram séculos que o nosso concelho teve muito valorizado nesta temática, e é uma forma também de difundirmos o nome de Palmela, portanto, em termos de investigação e trazer cá pessoas de valor.

Isto também no momento em que novamente vem à baila, portanto, há alguma ignorância contra o património e para a destruição, nomeadamente agora, que foi muito badalado, não é, mas infelizes, para não dizer outra coisa, as declarações, de um antigo Secretário de Estado e Deputado Socialista, nós ficamos felizes por ver o município a aderir a esta “Associação Ibérica de História Militar”.

Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Tenho um pedido de intervenção por parte do Partido Socialista, do Membro António Godinho.”

O Sr. António Godinho do PS:

“Obrigado, senhora presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes, quer estejam ao vivo no cineteatro S. João ou online nesta plataforma, saudando ainda os que acompanham os trabalhos via “streaming”.

Velho de 13 séculos, o castelo de Palmela é um dos mais importantes exemplares das fortificações milenárias portuguesas, sendo, por isso, muito natural que integre a Associação Ibérica de História Militar, que, sendo bastante mais nova, seis anos de existência, tem como objetivo principal o estudo da história militar do século IV a XVI, desenvolvendo atividades que lhe têm vindo a granjear grande prestígio nacional e internacional. Acresce a todas estas virtudes o facto da referida Associação ter um preçário também ele bastante medieval: 100 euros de joia e 80 euros de quotização anual. É bastante acessível.

Pelo exposto, o Partido socialista apoia a decisão da autarquia em pedir a adesão, no corrente ano, à Associação Ibérica de História Militar. Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito obrigada.

Há mais algum pedido de intervenção?

Não tenho mãos levantadas, não há questões, podemos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Passamos ao ponto seguinte, Sr. Presidente.”

PONTO QUATRO – Estratégia Local de Habitação do Município de Palmela - Aprovação

O Sr. Presidente da Câmara:

“Obrigada Sra. Presidente.

Trata-se da proposta tinente à “Estratégia Local de Habitação do Município de Palmela”, a Lei de Bases da Habitação e a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), assumem a dupla missão de garantir o acesso universal a uma habitação condigna para todos os indivíduos e suas famílias, através de um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da oferta do parque habitacional com apoio público, e, simultaneamente, de criar as condições necessárias para privilegiar a reabilitação urbana e do edificado na promoção das políticas públicas de habitação.

Estas políticas, assumem uma nova abordagem que coloca o foco nas pessoas (e não nas habitações) e na qualidade do habitat, através da descentralização e do reforço da escala local na garantia do acesso à habitação, assim como na participação alargada e numa atuação que se pretende proactiva, integrada e dotada de flexibilidade necessária para adequar as medidas às dinâmicas socioeconómicas e habitacionais dos territórios. É neste contexto que surge o Programa do “1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, e a nova geração de políticas da habitação, é precisamente dar resposta às situações das pessoas que vivem em condições de grave carência habitacional.

A Estratégia Local de Habitação é, por sua vez, o instrumento de planeamento de iniciativa municipal, que resulta do programa “1º Direito”, e encontra-se especialmente direcionada esta estratégia para apoiar as famílias que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada.

A Estratégia Local de Habitação do Município, enquanto instrumento estratégico em matéria política de habitação à escala local, assume estas orientações de nível superior e pretende oferecer uma resposta integrada e partilhada aos problemas habitacionais da sua população. Nesse sentido, visa dar resposta a situações de maior carência habitacional identificadas e, adicionalmente, potenciar dinâmicas de reabilitação urbana e uma maior regulação do mercado de habitação, contribuindo para um acesso mais eficaz a mesma e para um parque habitacional mais qualificado, e um habitat urbano mais valorizado e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população e o reforço da coesão territorial do concelho.

Esta estratégia de vinte e um a vinte e seis, vai implicar a mobilização de vinte e oito milhões de euros, estando afeta ao município a módica quantia de vinte e um milhões, ao terceiro setor, um vírgula quatro milhões, aos privados cinco vírgula seis milhões.

Gostava também de referir, que houve durante este processo de elaboração com uma equipa externa, especialista nestas matérias, que houve participação de vários parceiros sociais, da rede social, as próprias comissões de administração das áreas urbanas de génese ilegal que podem, e devem ser também destinatários de algumas destas medidas, houve sessões de apresentação durante a elaboração da estratégia, houve pareceres com entidades, temos reunido já com a AML-Área Metropolitana de Lisboa, por causa do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e daquilo que está afeto também ao "1º Direito", que é pouco dinheiro para tantas candidaturas.

Foi feita também uma divulgação até para que pudessem identificar as necessidades aos parceiros do "CLASP - Conselho local de Ação Social de Palmela", e nesta matéria, eu diria para procurar, aqui sintetizar o documento que terão tido oportunidade de passar os olhos por ele e perceber, como ele está bem fundamentado, partindo de um diagnóstico e como propõe ações muito objetivas e concretas, vamos ter que investir aqui vinte e oito milhões, em seis anos, como vos disse, vinte e um milhões, terão o município como promotor, pensamos obter participação parcial do "Programa 1º Direito", na ordem dos dezanove milhões, vamos ver se isto não baixa, porque já começa a ficar em perigo, mais cinco vírgula cinco milhões de investimento de privados, beneficiários diretos e um vírgula quatro milhões de investimento associado ao terceiro setor, que também nesta fase é apenas possível estimar parcialmente.

Foram definidas como metas, a aquisição, e reabilitação de cento e um fogos, a construção de sessenta e dois, e o arrendamento para subarrendamento de dezanove, todos para atribuição em regime de arrendamento apoiado.

De igual modo a reabilitação de treze fogos do atual parque habitacional municipal, a construção de dezasseis habitações destinadas a pessoas idosas, ou portadoras de deficiência promovidas pelo terceiro setor, o apoio a quarenta e quatro beneficiários diretos, candidatos ao programa "1º Direito" e a construção de catorze fogos destinados a arrendamento acessível. Para terem uma ideia, o parque habitacional do município possui atualmente quarenta fogos e estão disponíveis também na estratégia dezassete terrenos municipais para implementação das soluções preconizadas na Estratégia Local de Habitação.

Este programa tem cinco grandes eixos, reforça a habitação municipal de regime de renda apoiada, integra o alojamento de pessoas vulneráveis, colabora no apoio a proprietários em condições indignas, valoriza o habitat e o parque edificado habitacional, e executa implementando e monitorizando e fazendo uma avaliação permanente da estratégia local, sendo um instrumento a cinco anos, não deixará de ter uma monitorização permanente, que não vou já antecipar que será anual, se houver necessidade de adaptação da estratégia, ela terá que ser revista, e terá que ser de novo submetida aos órgãos.

O que se pretende com a aprovação deste documento, é naturalmente passarmos à fase seguinte, embora já tenhamos tido algumas reuniões de trabalho conjunto, só depois da aprovação da Assembleia Municipal é que passaremos à negociação com o "IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas", por causa das questões do financiamento e se tudo correr bem, assinaremos esses contratos para podermos começar a trabalhar, embora já estejamos a trabalhar em particular numa das fases da estratégia que é a programação da reabilitação das habitações, também ao nível numa matéria que já percebemos que os Fundos Europeus vão puxar um pouco também por essa área, ao nível da do próprio conforto térmico eficiência energética das próprias habitações que houver a remodelar e a reabilitar para depois arrendar.

Eu diria que, para qualquer município, isto hoje chegar um pouco mais aos municípios, faz sentido, faz sentido com financiamento que tem, que vir, seja do PRR, tem que haver financiamento da Administração Central e de outros organismos europeus para esta estratégia, mas, de facto, se os municípios já provaram que executam melhor muitas destas matérias, este será, certamente, um desígnio estratégico para os próximos anos e acho que estamos a dar um bom pontapé de saída, isto é como se fosse o nosso "PDM - Plano Diretor Municipal", para esta área e temos aqui o documento ideal para darmos os próximos passos e oxalá consigamos atingir os objetivos. Disse."

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Um pedido de intervenção da Sra. Membro da Assembleia, Ana Elísia, vou dar a palavra ao Partido Socialista.”

A Sra. Ana Elísia do PS:

“Eu vou tentar ser muito breve.

Em primeiro lugar, gostaríamos de saudar a elaboração deste relatório, porque, apesar de extenso, como todos tivemos oportunidade de ver, realmente, dá-nos uma versão global dos objetivos da autarquia sobre esta matéria, e consideramos que é uma matéria de extrema importância uma vez que efetivamente ainda existem muitas pessoas que vivem em condições completamente desumanas e indignas, e esperamos realmente que este contributo possa melhorar essas condições e dotar algumas pessoas de ter uma casa digna.

Gostaríamos também de salientar que nos parece que este é um documento que peca por tardio, a bancada e os Vereadores do Partido Socialista, já tiveram oportunidade de em algumas Reuniões de Câmara, salientar a importância do município ter alguns planos de Habitação Social e, portanto, aquilo que nos parece é que realmente, é tardio, é importante, mas também levanta algumas questões, quanto à capacidade da autarquia de alcançar algo, a meta de algumas propostas ainda que não nos pareçam de todo muito ambiciosas.

Aqui no capítulo das prioridades, os objetivos estratégicos, peço desculpa, metas, página cento e dez, diz-nos que na parte da execução, do executa, o sucesso da implementação depende da mobilização dos parceiros e atores locais de uma divulgação eficaz da mesma, dos programas municipais e nacionais de apoio junto da população em geral e é também essencial a mobilização de apoio técnico. No Partido Socialista congratulamos a criação na nova Estrutura Orgânica do Gabinete de Habitação, mas acreditamos que a resposta do ponto de vista técnico e a implementação do plano e, destas metas a que se propõe é algo que deverá ser reforçado a muito curto prazo, porque de outra forma como dissemos, os objetivos serão muito difíceis de alcançar neste prazo dos seis anos.

Não podemos também, deixar de manifestar, que para nós foi muito preocupante, analisarmos os indicadores e metas propostas e percebermos que o nosso ponto de partida, é claramente diminuto e deficitário, já que em quase todos os indicadores partimos do zero, portanto, isto está refletido na página dezanove.

Dizer também que esperamos e em jeito de síntese e de conclusão que esperamos que esta centralidade que estão a dar na questão do apoio à renovação e reabilitação da habitação, se possa, no fundo depois refletir numa melhoria do processo de degradação de zonas do concelho, nomeadamente o Centro Histórico, que outras zonas do nosso concelho, em que, é possível verificar ter ficado mais antigo e bastante degradado, achamos que no fundo, esperamos que também se reflita nessa melhoria do edificado. Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Tenho um pedido de intervenção aqui em sala do Bloco de Esquerda, a quem dou a palavra, Sr. Membro da Assembleia, Carlos Oliveira e depois do PSD/CDS.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Desde dois mil e dezasseis que se debate um novo programa de resposta às carências habitacionais, que contou com uma participação ativa do Bloco de Esquerda, mas que tarda em ser implementado pelo poder local e à qual falta vigor orçamental e administrativo por parte do Estado Central.

Em vigor desde um de outubro de dois mil e dezanove, a primeira Lei de Bases da Habitação em Portugal, foi aprovada no Parlamento em cinco de julho de dois mil e dezanove, com os votos a favor do PS, PCP, BE, Verdes e PAN, e os votos contra do PSD e CDS-PP, determinando que o Estado é o grande no direito à habitação.

O decreto-lei do Governo, que adequa os instrumentos criados no âmbito da nova geração de políticas de habitação e a lei orgânica do “Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)”, a Lei de Bases da Habitação entrou em vigor em dois de novembro de dois mil e vinte, com exceção das dotações do programa de “Arrendamento Acessível”, que apenas foram aplicadas no fim de dezembro.

Ainda no Programa do “1º Direito”, houve ainda a avocação do Bloco de Esquerda para uma proposta relativa à publicitação anual, que foi aprovada com um voto contra do Chega e a abstenção do PSD/CDS-PP e Iniciativa Liberal, determinando que até ao dia trinta e um de janeiro de cada ano, o “IHRU”, publicita no sítio da Internet do portal da habitação, a informação sobre o montante da dotação orçamental existente para atribuição de novos pedidos de apoio financeiro, as percentagens da dotação orçamental a afetar a cada tipo de solução habitacional e ou de beneficiários e a informação sobre a forma de apresentação dos pedidos e de obtenção de esclarecimentos.

Por iniciativa do Bloco de Esquerda e do PCP, o Parlamento fez a avocação do decreto-lei 81/2020, publicado a dois de outubro, com o objetivo de adequar os instrumentos criados no âmbito da nova geração de políticas da habitação e da Lei Orgânica do “IHRU” à Lei de Bases da Habitação.

O texto final apresentado pela Comissão de Economia Inovação, Obras Públicas e Habitação, foi aprovado com voto contra do Deputado único do Chega e a abstenção do PS. O Parlamento aprovou ainda no dia doze, deste mês, algumas alterações ao programa “1º Direito”, Programa de “Apoio ao Acesso à Habitação”, inclusive ao regime especial de afetação nas habitações financiadas por participações concedidas às entidades beneficiárias, aumentando esse período de quinze para vinte anos. Assim como a obrigatoriedade de ser publicado anualmente no relatório com a execução desta medida.

Hoje perante a proposta da Câmara Municipal para a Estratégia Local de Habitação, que contará com o nosso voto favorável, o Bloco de Esquerda compromete-se assim, a advogar pela implementação destas medidas em Palmela e a exigir também, maior justiça, maior informação, e mobilização orçamental do município. É essencial aumentar substancialmente o peso de habitação pública em Palmela e torná-la mais justa e acessível como está previsto no Programa “1º Direito” e na Lei de Bases da Habitação.

As estratégias locais de habitação de cada município, são ferramentas essenciais e devem ser produzidas em todo o país. Disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Agora dou a palavra, o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Esta estratégia da habitação, ainda sou do tempo em que vinha às Assembleias Municipais e houve participação também do Instituto da Habitação, para a aquisição de algumas habitações em Palmela, efetivamente com a pandemia, a situação e as necessidades das pessoas tem-se vindo a degradar.

Também num estudo internacional, chegou à conclusão que Portugal é dos países que nalgumas zonas tem as piores habitações em termos térmicos, e outros, sem condições mínimas para as pessoas habitarem.

No nosso concelho, há várias freguesias, com problemas, mas, segundo o que aqui lemos e pela idade também das pessoas, a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, terá que merecer uma boa a atenção, não quero dizer que as outras não tenham que ser abrangidas, claro que terão, mas ali numa população mais dispersa e mais idosa haverá que ter mesmo essa especial atenção.

Vimos aqui a projeção na página cento e trinta e sete da aplicação dos tais milhões, que é afeto a privados, cerca de cinco virgula cinco milhões e o investimento associado ao terceiro setor, estima-se em que atinga cerca de um virgula quatro milhões, nós votaremos favoravelmente esta estratégia, é melhor haver uma estratégia e votar nela, do que como nalguns casos, a nível nacional ainda estarmos a aguardar pela estratégia, e é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Mais algum pedido de intervenção? Não havendo pergunto ao Sr. Presidente se quer acrescentar alguma coisa, muito rapidamente.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito sucintamente.

As questões da habitação em Palmela sempre foram, muito peculiares, fomos sempre um concelho que teve sempre oferta, que cresceu em termos de construção, mas também devido à valorização da sua centralidade do conjunto de equipamentos, do bem-estar, e da qualidade de vida que aqui se sente, tem havido maior procura e tem havido, de facto, preços proibitivos seja na construção nova seja, sobretudo no mercado de arrendamento. Nós nunca tivemos um parque de habitação dita social, ou de arrendamento apoiado, muito grande, quarenta habitações é, de facto, um número muito reduzido, comparado com outros municípios, mas talvez por isso, também nunca tenhamos tido guetos ou bairros que são famosos pelos piores motivos, e talvez também, por termos território, território rural, disperso, as populações sempre foram encontrando soluções, que não sendo as mais perfeitas, modernas, eficientes e confortáveis, foram tendo teto.

A questão da reabilitação mudou o paradigma do olhar sobre as questões das cidades, da sua revitalização, e muitos de vocês que também já andam nestas andanças já a alguns anos, sabem que esses conceitos têm pouco mais do que doze, quinze anos.

Estamos agora também numa mudança de paradigma e eu considero que nós não estamos atrasados, estamos no momento certo, e estamos com uma estratégia que parte da realidade do nosso município, não parte de modelos, que, até noutros locais se revelaram modelos pouco corretos e se, por exemplo, aqui a AML- Área Metropolitana de Lisboa, há municípios que já tem a estratégia pronta há dois ou três meses, antes de Palmela, não tenho nenhum problema de consciência com isso, são municípios que têm, de facto graves problemas nesta matéria, falo-vos de Almada, falo-vos de Setúbal, Seixal, que até ainda não tem a estratégia pronta, mas municípios com as nossas características e com as nossas dimensões, até somos dos primeiros, mas também não é isso que interessa quem vai à frente, interessa é que nós nos revejamos neste modelo, neste compromisso, e nessa estratégia que há-de ser monitorizada, que poderá ter que ser atualizada em função até daquilo que vier a ser consignados por parte de fundos que estão prometidos, mas que podem vir a não acontecer, e eu hoje estive de novo numa reunião do Conselho Metropolitano, de novo, a discutir com o especialista da habitação, há muita coisa a mexer e as estratégias todas que possam vir a ser apresentadas, para se candidatarem aos fundos disponíveis, vão ultrapassar em muito as disponibilidades financeiras que há, e isto pode constituir se não houver a garantia de alguns fundos e mesmo alguns empréstimos bonificados, pode vir a constituir mais uma fonte de endividamento para os municípios.

A nossa estratégia é ambiciosa quanto baste, para o conhecimento que temos das nossas necessidades atuais e para aquilo que sabemos que é o potencial de crescimento e desenvolvimento do município, que permita alavancar também esta outra dimensão de coesão social no nosso território, e, por isso, eu

particularmente gostei muito do trabalho da nossa equipa técnica e, sobretudo da empresa prestadora de serviços, que se tornou uma especialista nesta área, que connosco trabalhou, aprendemos muito, e estamos muito entusiasmados e oxalá consigamos o financiamento para aquilo que queremos fazer o nosso território, é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sr. Presidente, faltam dois pontos pedia-lhe que fossemos um bocadinho mais célere, só para terminar.”

PONTO CINCO – Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Palmela (MAJFA)

O Sr. Presidente da Câmara:

“Com certeza, Sra. Presidente.

Trata-se do projeto de “Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna e Azar e outras formas de jogo do Município”, decorre da lei cinquenta de dois mil e dezoito da descentralização de competências, é uma competência que entrou em vigor no dia um de janeiro, quer nós gostássemos, ou não, esta não pôde ser mais rejeitada no dia um de janeiro deste ano e para a podermos exercer devidamente, temos que ter um regulamento próprio sobre esta matéria e os timings de elaboração do regulamento e da consulta pública, fazem com que não tendo havido contributos, estejamos no momento de submeter à digníssima Assembleia, a aprovação do projeto de Regulamento e está em condições de ser aprovado se V. Exas., entenderem, para podermos começar a aplica-lo caso haja pedidos nesta área ao município.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Alguma questão sobre esta matéria? Muito clara, muito objetiva.

Não vejo pedidos de intervenção, vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“A última proposta, Sr. Presidente.”

PONTO SEIS – Revisão do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela (FIMOC)

O Sr. Presidente da Câmara:

“Trata-se do projeto de “Revisão do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela”, conhecido como (FIMOC), o nosso Regulamento já tinha uns aninhos, consideramos que estava na altura, de proceder à sua revisão e nos termos da legislação aplicável foi aberto o procedimento de revisão em junho, depois, tivemos também na sequência da deliberação de quatro de novembro, um outro período de discussão pública, foi detetada uma incongruência na redação inicial e entende-se que a bem da transparência da interpretação dos interessados, e de clarificação na análise interpretativa do regulamento, propôs-se uma alteração à redação do artigo quinto, aditando à alínea d), ao número dois, desse artigo.

O que se propõe com esta clarificação, é com esta alteração, é que a Assembleia aprove o Regulamento com estas atualizações, tendo em vista, podermos aplicá-lo quanto antes.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada senhor Presidente.

Caras e caros colegas, Membros da Assembleia, alguma questão? Alguma intervenção?

Não havendo, votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sras. e Srs. Membros da Assembleia, caros colegas, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. munícipes que nos acompanharam em casa, técnicos e técnicas da Câmara Municipal, quando eu falo da Câmara Municipal, naturalmente incluo os serviços da Assembleia, porque todos são trabalhadores da Câmara Municipal, muito obrigada acho que a experiência resultou, estamos todos a apanhar um bocadinho, o ritmo, acho que somos um bocadinho mais lentos, enfim, o que acontece para facilitar a comunicação, mas se tivermos que repetir, acho que não fica aquém, apesar de tudo o que é possível nesta altura, claro que o que desejo não é isso, o que desejo é que possamos rapidamente estar aqui com alguma segurança, mas sabemos que, provavelmente ainda não será em plena segurança na nossa próxima sessão e provavelmente repetiremos.

A todos muito obrigada pelo esforço e boa noite a todos.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e dezanove minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e seis dias de fevereiro de dois mil e vinte e um.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete